



SANITATION  
AND WATER  
FOR ALL

# ÁGUA E SANEAMENTO: COMO FAZER O INVESTIMENTO PÚBLICO FUNCIONAR

MANUAL DA REUNIÃO DE  
MINISTROS DE FINANÇAS

## SOBRE O MANUAL

Este manual é um apelo à ação para os ministros das finanças. Inclui estudos de caso inspiradores e perspectivas progressivas do sector. Também faz parte de uma iniciativa da parceria global Saneamento e Água para Todos (Sanitation and Water for All), que visa fornecer ideias sucintas e informações verificadas aos ministros que trabalham no setor da água, saneamento e higiene.

Mais informações em [www.sanitationandwaterforall.org](http://www.sanitationandwaterforall.org)

# MANUAL DA REUNIÃO DE MINISTROS DE FINANÇAS: RESUMO EXECUTIVO

## PORQUÊ INVESTIR EM ÁGUA E SANEAMENTO?

A água e saneamento são grandes investimentos para um país, proporcionando fortes retornos:

- Cada dólar investido em água e saneamento gera um retorno quatro vezes superior.<sup>(1)</sup>
- As perdas económicas totais associadas a serviços desadequados são estimadas em 260 mil milhões anualmente, o que equivale aproximadamente a uma perda média anual de 1,5% do Produto Interno Bruto global.<sup>(1)</sup>
- O impacto humano e económico destruidor das pandemias globais (como a COVID 19, o Ébola, o SARS, o H1N1, ou a cólera) destaca a vulnerabilidade daqueles que não têm acesso a água potável ou maneira de lavar as mãos. Os investimentos no acesso universal à água e ao saneamento, em apoio da saúde pública, podem fazer uma diferença substancial e ter um impacto catalítico noutros setores.
- Milhões de crianças podem ser salvas de mortes prematuras e doenças relacionadas com a desnutrição e doenças transmitidas pela água. Os adultos podem viver vidas mais longas e mais saudáveis.<sup>(2)</sup>
- Os ganhos na qualidade de vida de um saneamento melhorado incluem maior frequência escolar, maior privacidade e segurança, (especialmente para mulheres, crianças e idosos) e um maior sentido de dignidade para todos.<sup>(2)</sup>
- A maioria das metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da Água e Saneamento (Objetivo 6) vinculase a outros objetivos da Agenda 2030 que, portanto, se reforçam mutuamente.<sup>(3)</sup>
- O ODS 6.1 prevê o acesso universal e equitativo à água potável em qualquer parte. Isso reduz, por um lado, a necessidade de proximidade física que acontece no momento de ir buscar água, e por outro, disponibiliza água suficiente para permitir a lavagem regular das mãos, ambos essenciais para conter a propagação de vírus.
- Os investimentos em água e saneamento direcionados para os mais pobres são os que oferecem um maior benefício marginal.<sup>(4)</sup>

## CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL (PIB) NOS PAÍSES POBRES

SEM ACESSO MELHORADO A SERVIÇOS  
SEGUROS DE ÁGUA E SANEAMENTO

COM ACESSO MELHORADO A SERVIÇOS  
SEGUROS DE ÁGUA E SANEAMENTO

CRESCIMENTO

**0,1%**

CRESCIMENTO

**3,7%**

## DESAFIOS

Apesar desse enorme potencial, o setor de água e saneamento sofre com os desafios associados do subinvestimento e com o baixo desempenho registado. Sem o investimento contínuo necessário, o desempenho diminui, minando a confiança na capacidade do setor de oferecer bons serviços. Isso desencoraja novos investimentos e alimenta o ciclo vicioso.

Isso explica ainda porque o setor está ainda muito aquém da sua meta de alcançar a cobertura universal. Romper com esse ciclo requer liderança política para inspirar mudanças e colocar novos planos em ação, em direção a um futuro melhor que beneficie cada país.<sup>(5, 6, 7)</sup>

*Embora o financiamento precise ser pelo menos três vezes maior para cumprir o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6<sup>(8)</sup>, a falta de dinheiro não é, por si só, a raiz dos problemas do setor da água e saneamento<sup>(9)</sup>. As decisões e políticas governamentais tomadas nos ministérios das finanças podem ter um impacto positivo considerável no setor da água e saneamento, conforme demonstrado pelos exemplos de muitos países apresentados neste manual.*

## PORQUÊ OS MINISTROS DAS FINANÇAS?

A atual pandemia global do COVID-19 e o seu impacto nas economias do mundo são provas irrefutáveis de que resolver os desafios da água e do saneamento vai além do imperativo da saúde pública. Agora, mais do que nunca, os ministros das finanças podem procurar oportunidades de colaborar com seus pares noutros ministérios - e usar os exemplos e técnicas sugeridas neste manual - para desenvolver políticas financeiras que contribuam para soluções duradouras.

Os ministros das finanças podem operar dentro das restrições políticas existentes para ajudar a aumentar o nível e a eficácia do financiamento do setor, em estreita cooperação com os seus colegas responsáveis pela água, saneamento e higiene. Os ministros das finanças são essenciais para o setor, uma vez que possuem importantes funções de coordenação: horizontalmente com outros ministérios (saúde, desenvolvimento rural e/ou urbano, educação, meio ambiente, etc.) e verticalmente com o governo local e os serviços públicos.

A responsabilidade de adotar soluções que possam oferecer acesso universal a serviços sustentáveis de água e saneamento está, em primeira instância, nas mãos dos líderes políticos. Este manual fornece uma estrutura para refletir sobre as ações que podem ser tomadas para enfrentar os desafios profundos do setor, uma vez mobilizada essa liderança.

Este manual destaca muitos exemplos de países em que essa coordenação e liderança tem sido fundamental para reverter o desempenho do setor.

A atual pandemia COVID-19 e seu impacto sobre as economias mundiais é uma prova irrefutável de que resolver desafios relacionados com a água e o saneamento transcende as exigências de saúde pública. Agora, mais que nunca, ministros das finanças devem procurar oportunidades para colaborar com os seus homólogo noutros ministérios - e usar os exemplos e soluções sugerido neste manual - para desenvolver políticas financeiras que contribuam para soluções durável.



## INTERESSES COMUNS ENTRE OS MINISTROS DAS FINANÇAS E OS MINISTROS DA TUTELA



### OUTROS GRUPOS DE INTERESSE PERTINENTES

Instituições nacionais  
Instituições locais  
Associações de consumidores  
Instituições de pesquisa

Organizações não-governamentais  
Organizações da sociedade civil  
Setor privado

Instituições financeiras  
Organizações bilaterais  
Organizações multilaterais

## QUATRO ÁREAS VITAIS DE INTERVENÇÃO COM POTENCIAL PARA MOBILIZAR MAIS RECURSOS PARA O SETOR

Os ministros das finanças podem melhorar o acesso à água e o saneamento de milhões de pessoas, apoiando políticas que:

1. **Otimizar o valor dos fundos públicos existentes**, incentivando o desempenho do setor, melhorando o direcionamento dos subsídios e promovendo um melhor planeamento e gestão do setor.
2. **Mobilizar mais recursos**, criando políticas adequadas de recuperação de custos, reformando os sistemas tarifários, introduzindo impostos direcionados e estabelecendo uma série de opções para subsídios combinados.
3. **Aumentar o financiamento nacional reembolsável** por meio de mecanismos que reduzam os riscos percebidos e agrupem o financiamento aos níveis nacional, municipal e familiar.
4. **Incentivar a inovação e novas abordagens menos exploradas**, como fundos climáticos e obrigações de impacto social, explorando fontes de financiamento raramente acedidas pelo setor de água e saneamento.

*Todos os países podem levantar montantes variáveis de dinheiro otimizando o valor dos fundos públicos existentes e mobilizando fundos adicionais. No entanto, a capacidade dos países de baixo e médio rendimento de mobilizar financiamento adicional reembolsável e explorar inovações financeiras depende muito da capacidade do setor de demonstrar os fundos que recebe e o bom uso que faz dos fundos existentes.*

## PRONTIDÃO DO SETOR PARA MOBILIZAR FINANCIAMENTOS

A atração do investimento necessário para o setor depende da capacidade de um país de reformar o setor, fortalecendo ou abordando um conjunto de elementos fundamentais: ambiente regulatório, estrutura de governança, desempenho financeiro/técnico/comercial dos prestadores de serviços e a percepção de risco resultante da parte dos investidores.<sup>(9)</sup>

Os ministros das finanças não podem abordar todas essas questões, mas podem influenciar a direção da reforma, por iniciativa própria ou em parceria com os seus homólogos do ministério da tutela da água e saneamento. Os ministros das finanças são, portanto, essenciais para fazer chegar os benefícios que decorrem do acesso universal a serviços sustentáveis de água e saneamento.

*Cada país apresenta as suas especificidades em termos das reformas fundamentais necessárias, mas a existência de políticas fortes e de uma liderança comprometida sempre serão essenciais para apoiar a escala das mudanças a implementar.*

## QUATRO ÁREAS CRÍTICAS DE INTERVENÇÃO COM O POTENCIAL DE MOBILIZAR MAIS RECURSOS



## POR ONDE COMEÇAR?

As áreas em que um ministro das finanças se deve concentrar e as ações a tomar para ajudar a melhorar a água e o saneamento no seu país dependem fortemente do grau de preparação e de reforma existentes no setor. Os setores de água e saneamento geralmente podem ser descritos como estando numa de três categorias:

1. Se o setor **já estiver reformado** com boa governança e incentivos, os ministros das finanças poderão ajudar a incentivar os mercados financeiros que apoiam o desenvolvimento do setor, enquanto apoiam esforços contínuos para melhorar a eficiência.
2. Se o setor for **reformável**, e estiver disposto a essa reforma, os ministros das finanças poderão apoiar essas reformas com incentivos financeiros para proporcionar melhor governança, eficiência e incentivar um acesso mais fácil ao financiamento do mercado.
3. Se **não for possível reformar** o setor como um todo, os ministros das finanças poderão fornecer apoio direcionado às partes que estão dispostas a melhorar (por exemplo, serviços urbanos nas cidades maiores) através de incentivos e subsídios bem projetados.

*O financiamento WASH terá maior impacto se aplicado estrategicamente. Isso significa ser parte de um pacote mais amplo de reformas, visando melhorar a eficiência e a governança do setor e aumentar as fontes de provisão de fundos. Essa estratégia irá estabelecer bases sólidas para gerar receitas suficientes de serviços WASH que possam pagar o financiamento contraído junto da banca comercial ao longo do tempo.*

## PRINCÍPIOS ORIENTADORES

As experiências dos países que ultrapassaram com êxito os desafios de água e saneamento (muitos dos quais são apresentados neste documento) podem ser destiladas num conjunto de princípios orientadores para os ministros das finanças:

- Verificar se há consenso e adesão política de alto nível para dar prioridade ao acesso universal a serviços sustentáveis de água e saneamento num prazo realista, definindo os resultados desejados de modo a poder medir o sucesso.
- Apoiar o setor com as reformas financeiras pertinentes para a criação das bases necessárias à mobilização de fundos e financiamentos.
- Criar um caminho para mobilizar novas fontes de financiamento, seja através de impostos, tarifas, transferências ou financiamento reembolsável, visando especificamente o saneamento.
- Apoiar os investimentos em infraestrutura apenas quando for clara a forma como serão supridas as despesas operacionais e de manutenção.
- Usar fundos públicos para apoiar a redução das desigualdades no fornecimento de serviços e subsidiar serviços para aqueles que não os podem pagar na totalidade.



## PRINCIPAIS MENSAGENS DO MANUAL

### MAXIMIZAR O VALOR DO FINANCIAMENTO PÚBLICO EXISTENTE

Muitas vezes assistimos a uma desconexão entre as decisões de investimento, a definição de tarifas, as estratégias de recuperação de custos, os prazos de implementação e as fontes de financiamento. As percepções influenciadas pela política do que é considerado acessível para os consumidores, bloquearam o progresso em direção ao acesso universal, levaram as concessionárias a operar com prejuízo e impulsionaram um aumento nas desigualdades de serviço em muitos países.

Os ministérios das finanças devem aprovar apenas investimentos relevantes em setores já reformados ou com reformas em curso. A elaboração de planos realistas com forte apoio político dá maior confiança às partes interessadas.

Os ministros das finanças podem trabalhar em estreita colaboração com os ministros do setor e com os homólogos relevantes para seguir estratégias que produzam melhores resultados para a população, desenvolvendo financiamento

governamental que privilegia financiamento baseado em resultados e um melhor direcionamento de subsídios. Isso ajudará a colocar o setor num caminho para melhorar a sustentabilidade financeira, maximizar os benefícios das finanças públicas, e começar a mudar a mentalidade dentro do setor e fora dele.

Os ministros das finanças podem implementar as reformas necessárias que garantam o desembolso atempado, previsível e adequado dos financiamentos centrais aos prestadores de serviços e autoridades regionais.

Se por um lado, são os ministros e/ou reguladores do setor que projetam os subsídios para o setor, são os ministros das finanças que assinam as autorizações e as afetações orçamentais necessárias. A estruturação dos subsídios não mudou muito nos últimos 30 anos na maioria dos países. Onde for esse o caso, os ministérios das finanças e ministérios relevantes deverão avaliar a sua eficácia.

### AUMENTAR O FINANCIAMENTO INTERNO REEMBOLSÁVEL

Nos países com instituições e regulamentação adequadas, os ministros das finanças podem tomar medidas para aumentar novo financiamento interno (ou seja, financiamento reembolsável ou financiamento de mercado). Dentro dos limites do seu espaço fiscal, os ministros das finanças podem permitir empréstimos por parte dos prestadores de serviços e/ou instituições governamentais descentralizadas e podem facilitar o mercado de financiamento interno reembolsável.

Os governos podem implementar medidas para amenizar o impacto do acesso ao financiamento de mercado, combinando financiamento de mercado com financiamento a taxas reduzidas e/ou reduzindo o nível de risco para os credores, atraindo assim melhores condições de financiamento. As garantias governamentais são uma opção, mas podem ser exploradas muitas variações.

Os ministérios das finanças podem apoiar a introdução de classificações de crédito de prestadores de serviços para ajudar a melhorar o entendimento das oportunidades de empréstimos.

### MOBILIZAR MAIS FUNDOS PÚBLICOS

Os ministros das finanças têm o poder político e técnico para incentivar a reforma do setor e ajudar a estruturar soluções de financiamento em escala que deixarão um legado duradouro. As abordagens de política fiscal têm o potencial de angariar grandes quantidades de receita para alcançar o acesso universal aos serviços de água e saneamento. Tais abordagens são desenvolvidas principalmente fora do setor da água e são geridas centralmente por departamentos dedicados do ministério das finanças.

O primeiro passo para os ministros das finanças seria identificar para onde os fundos estão a ser canalizados e onde existem lacunas óbvias para responder às necessidades das metas estratégicas do governo.

Alguns serviços do setor público (por exemplo, saúde, educação, segurança, justiça) têm

baixa capacidade de gerar receitas e, portanto, dependem amplamente de subsídios. O setor de água e saneamento, no entanto, atrai, em graus variados, as receitas provenientes das contribuições das famílias através de tarifas e dos seus próprios investimentos em autofornecimento. O ministro das finanças pode ter como objetivo, a longo prazo, um setor que funcione bem, financiado principalmente pelas receitas tarifárias e com pouca necessidade de subsídios públicos (apenas para situações específicas).

Se as tarifas de água e saneamento forem baixas, o Estado poderá ter de subsidiar os ricos. Os ministros das finanças e do setor podem rever o nível e a estrutura das tarifas (incluindo considerações de acessibilidade para os mais pobres), bem como identificar oportunidades de subsídios combinados e melhorar a eficiência.

### INCENTIVAR A INOVAÇÃO E NOVAS ABORDAGENS MENOS EXPLORADAS

Os ministros das finanças e do setor podem colaborar para explorar e desenvolver abordagens de financiamento novas e inovadoras. As finanças públicas podem estimular a criação de um novo segmento de mercado. Isso inclui aceder a fundos climáticos e aproveitar investimentos internacionais não tradicionais, como obrigações de impacto social.

No entanto, novas abordagens e oportunidades de financiamento só devem ser tentadas juntamente com iniciativas para reformar o setor, demonstrando um progresso visível na melhoria da saúde financeira do setor e das suas instituições.



MENSAGEM DE  
ABERTURA DE  
**SUA EXCELÊNCIA**  
**KEVIN RUDD**

## ÁGUA E SANEAMENTO: COMO FAZER O INVESTIMENTO PÚBLICO FUNCIONAR

### UM MANUAL PARA MINISTROS DAS FINANÇAS

Excelências,

O fornecimento de água e saneamento para todos continua a ser um desafio global fundamental. O impacto devastador e contínuo do COVID-19 sobre as pessoas de todo o mundo e as suas economias demonstra como o acesso à água e ao saneamento é fundamental para o crescimento económico sustentado e a criação de resiliência a desastres naturais.

Eu, como qualquer pessoa, fui incomodado pela crise global. Mas o meu incômodo não é nada comparado com o dos meus semelhantes que vivem em densas áreas urbanas com acesso limitado ao abastecimento de água e saneamento seguros. Não há dúvida de que a nossa capacidade de derrotar coletivamente essa ameaça global é prejudicada pela nossa (in)capacidade de fornecer serviços universais de água e saneamento e de atingir os restantes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável até 2030.

Infelizmente, este setor continua a ter dificuldades em obter a necessária atenção política a não ser que uma terrível tragédia como o COVID-19 revele a necessidade de alterar as prioridades das responsabilidades governativas. Sejam claros: o maior obstáculo para muitos governos conseguirem oferecer acesso universal à água e saneamento é a incapacidade de garantir o financiamento necessário, seja pelos custos contínuos da prestação dos serviços, seja pela expansão dos serviços, ou pela melhoria da qualidade ou reabilitação dos ativos existentes.

Este é, portanto, um desafio de natureza política, que exige o envolvimento de ministros do setor e ministros das finanças.

Para aproveitar ao máximo os recursos existentes e gerar os níveis de financiamento adicional sem precedentes necessários para atingir as metas que estabelecemos, o setor precisa garantir que a água e o saneamento sejam vistos como uma oportunidade de investimento, e não apenas um dreno nos orçamentos nacionais. Tradicionalmente, os governos contam com impostos, tarifas e transferências para subsidiar o setor. Mas claramente, são necessárias novas ideias e novas abordagens - muitas das quais destacamos neste manual.

Entendo as restrições políticas dentro das quais cada um de vós opera, mas também as oportunidades políticas que se apresentam à sua frente, especialmente num setor tão abrangente como este. Portanto, este manual foi desenvolvido especificamente para ajudar nessa tarefa, incluindo como trazer mais eficiência para o setor e garantir as tão necessárias reformas ao longo do caminho.

Os exemplos apresentados neste manual foram cuidadosamente selecionados para demonstrar como os investimentos na água e saneamento também podem ajudar a alcançar os objetivos económicos e sociais mais amplos de um governo, como os governos podem ajudar a reduzir os riscos e incentivar um melhor desempenho do setor de modo a atrair maior financiamento do mercado, demonstrando ainda como esse financiamento adicional pode ser aplicado.

Se quisermos ter sucesso, os ministros das finanças deverão estar envolvidos. Esperamos que este manual lhe seja útil, e, como sempre, o Secretariado da SWA está disponível para o ajudar e ao seu governo. Juntos, podemos ser bem-sucedidos nesse empreendimento crucial e fornecer saneamento e água para todos.

**Exmo. Sr. Kevin Rudd**

Presidente de Alto Nível, Parceria Global para o Saneamento e Água para Todos  
26º Primeiro-Ministro da Austrália

# ÍNDICE

MENSAGEM DE ABERTURA DE SUA EXCELÊNCIA KEVIN RUDD .....	9
1) <b>O SETOR DA ÁGUA E SANEAMENTO. CONTEXTO</b> .....	11
Os objetivos e metas do setor .....	11
Progresso até à data e medidas de aceleração necessárias para cumprir as metas de WASH para 2030.....	12
Desigualdades e acessibilidade.....	13
2) <b>O DÉFICIT DE FINANCIAMENTO PARA ÁGUA E SANEAMENTO</b> .....	14
As necessidades financeiras.....	14
Fontes dos fundos.....	15
3) <b>ÁREAS-ALVO PARA O APOIO DOS MINISTROS DAS FINANÇAS</b> .....	17
<b>Área de apoio 1: Otimizar o valor do financiamento público existente</b> .....	19
Incentivar o desempenho do setor .....	19
Melhorar o direcionamento dos subsídios.....	21
Promover um melhor planeamento e gestão financeira do setor .....	23
<b>Área de apoio 2: Mobilizar mais fundos públicos</b> .....	27
Estabelecimento de políticas adequadas de recuperação de custos para o setor: reforma tarifária .....	27
Canalizar mais recursos do governo para a água e saneamento.....	28
Introdução de impostos com afetação específica (combinados com campanhas de consciencialização e mobilização de recursos).....	29
Implementação de subsídios cruzados de outros setores e sobretaxas universais.....	31
<b>Área de apoio 3: Aumentar o financiamento interno reembolsável</b> .....	32
Utilizar garantias para reduzir o risco e mobilizar financiamento privado interno.....	32
Melhorar o desempenho do setor avaliando a fiabilidade de crédito dos prestadores de serviços.....	34
Trabalhar com patrocinadores privados para obter financiamento.....	36
Fortalecer os mercados financeiros usando 'Fundos de Desenvolvimento Municipal' ou os fundos renováveis do setor.....	37
Apoiar a próxima geração de abordagens de microfinanças.....	39
<b>Área de apoio 4: Incentivar a inovação e novas abordagens menos exploradas</b> .....	41
Acesso a fundos climáticos.....	41
Aproveitar o investimento internacional não tradicional: Obrigações de impacto social e outros métodos.....	42
4) <b>REUNIR TUDO ISTO</b> .....	45
<b>APELO À AÇÃO</b> .....	46
AGRADECIMENTOS.....	47
GLOSSÁRIO.....	48



## 1) O SETOR DA ÁGUA E SANEAMENTO. CONTEXTO

### OS OBJETIVOS E METAS DO SETOR

Nos últimos dez anos, a água e o saneamento foram reconhecidos como direitos humanos.<sup>(10)</sup> São também serviços com bons retornos económicos.<sup>(3)</sup> E, no entanto, não são universalmente fornecidos. As pessoas, em particular as mulheres, estão dispostas a pagar pela conveniência dos serviços de água e saneamento,<sup>(11)</sup> mas as concessionárias de água têm muitas vezes dificuldade em cobrir os custos de operação e manutenção<sup>(12,13)</sup> e são incapazes de contribuir para o financiamento das crescentes necessidades das comunidades a que servem.

A primeira «Década da Água e Saneamento» foi declarada em 1980-1990. Mais recentemente, as metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 6, a serem atingidas até 2030<sup>(14)</sup> foram adotadas pelos chefes de Estado e de governo das Nações Unidas:

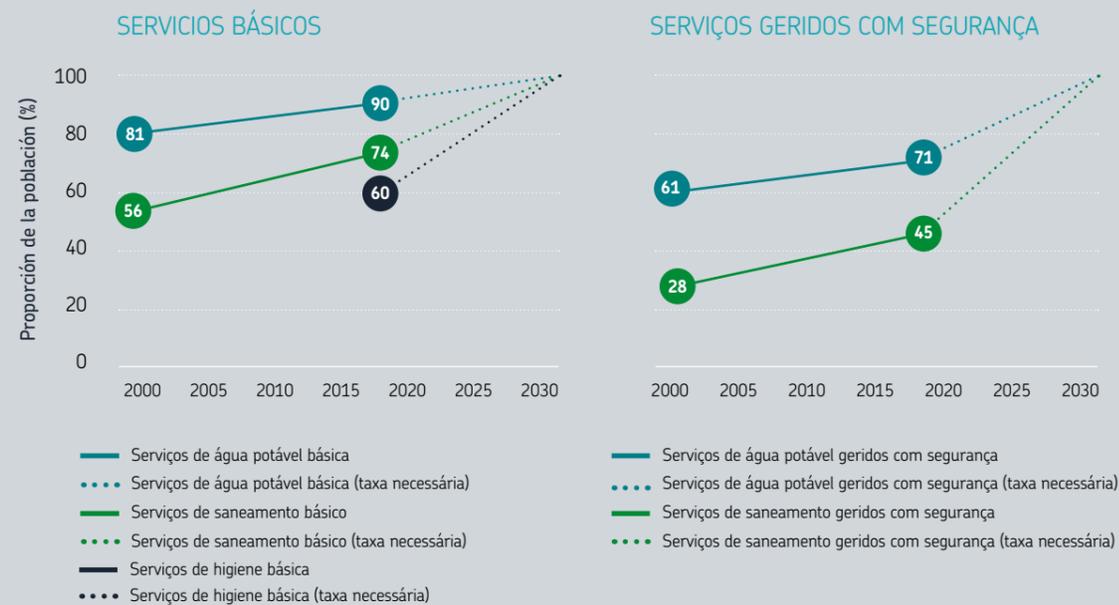
- Meta 6.1: Acesso universal e equitativo a água potável segura e acessível para todos
- Meta 6.2: Acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos e o fim da defecação a céu aberto
- Meta 6.3: Melhorar a qualidade da água, tratamento de águas residuais e reutilização segura
- Meta 6.4: Aumentar a eficiência no uso da água em todos os setores e assegurar a captação sustentável e fornecimentos de água potável para combater a escassez de água
- Meta 6.5: Implementar a gestão integrada dos recursos hídricos
- Meta 6.6: Proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água
- Meta 6.A: Ampliar a cooperação internacional e o apoio à capacitação
- Meta 6.B: Apoiar a participação das partes interessadas

## PROGRESSO ATÉ À DATA E MEDIDAS DE ACELERAÇÃO NECESSÁRIAS PARA CUMPRIR AS METAS DE WASH PARA 2030

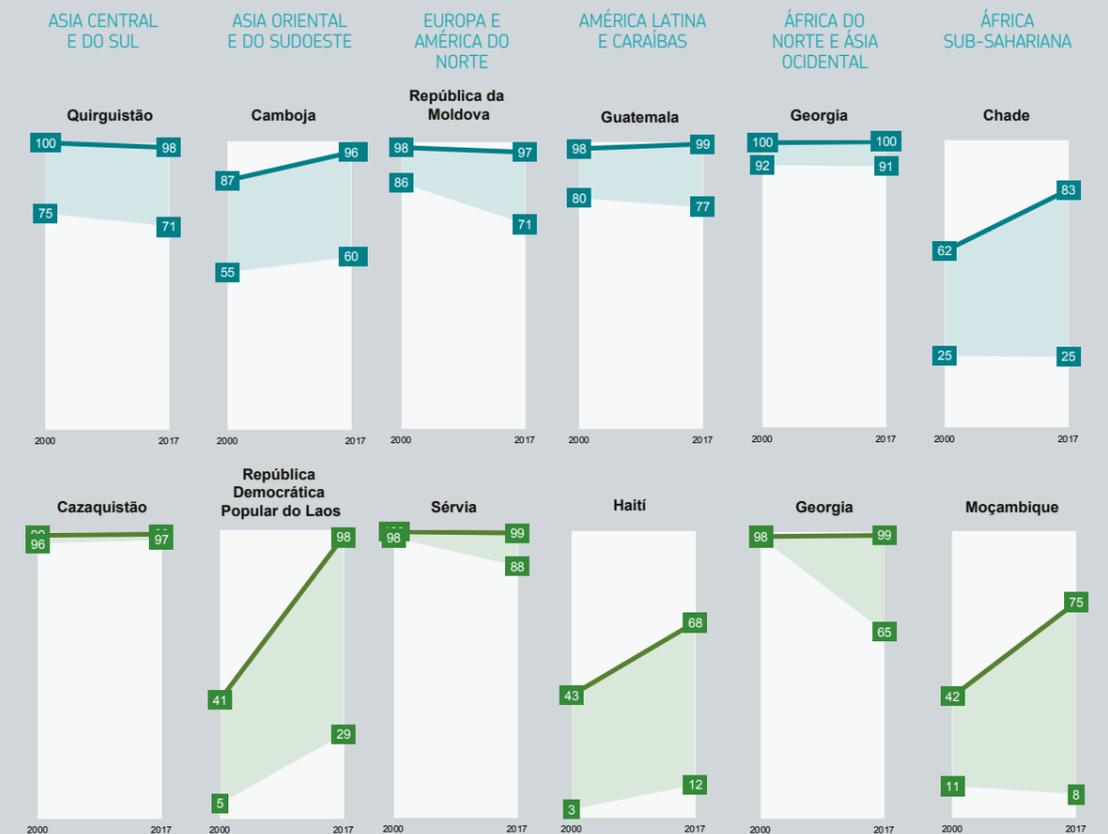
Embora se tenham registado progressos na melhoria dos serviços, a nível global muitos países estão a fazer mais investimentos no setor (principalmente nas áreas urbanas) apenas para ver os seus níveis de cobertura estagnar ou até diminuir.<sup>(15)</sup> É o que está a acontecer em muitas cidades de médio e baixo rendimento em África e na Ásia.

As estimativas do JMP da OMS/UNICEF sugerem que alcançar o acesso universal aos serviços básicos vai exigir a duplicação das taxas atuais de progresso, e que atingir as metas mais ambiciosas de serviços da água e saneamento geridos com segurança até 2030 exigirá que as atuais taxas globais de progresso sejam quadruplicadas.<sup>(16)</sup> «Gerido com segurança» significa que a água potável está livre de contaminação e disponível nos locais quando necessário, e significa ainda que os resíduos das casas de banho domésticas são tratados e escoados com segurança.

### O PROGRESSO GLOBAL DOS SERVIÇOS BÁSICOS E GERIDOS COM SEGURANÇA E A ACELERAÇÃO NECESSÁRIA PARA O ACESSO UNIVERSAL ATÉ 2030 <sup>(17)</sup>



### MAIOR AUMENTO NA DIFERENÇA DE RIQUEZA EM ÁGUA E SANEAMENTO, POR REGIÃO DOS ODS, 2000-2017 <sup>(20)</sup>



### PORQUÊ INVESTIR NO SETOR DA ÁGUA E SANEAMENTO?

Os impressionantes benefícios económicos e sociais do acesso universal à água e ao saneamento são argumentos convincentes para que os ministros das finanças tomem medidas imediatas para resolver os desafios do setor. Os benefícios incluem a redução nos custos da assistência médica aos indivíduos e à comunidade, maior produtividade e maior envolvimento no local de trabalho.<sup>(11)</sup>

Milhões de crianças podem ser salvas de mortes prematuras e doenças relacionadas com a desnutrição e as doenças transmitidas pela água. Os adultos podem viver vidas mais longas e saudáveis. Os ganhos em qualidade de vida incluem maior frequência escolar, melhoria da privacidade e da segurança (especialmente para mulheres, crianças e idosos) e um maior sentido de dignidade para todos.<sup>(2)</sup>

E há mais. Uma melhor gestão dos recursos hídricos e da capacidade de armazenamento de água tornam a economia mais resistente a choques externos, tais como a variabilidade das chuvas, contribuindo para uma base estável e sustentável que permita o aumento da produtividade e produção industrial e de alimentos, de modo a manter o crescimento e o desenvolvimento económico. O acesso confiável aos recursos hídricos também é uma forte vantagem competitiva para atrair oportunidades de negócios.<sup>(4)</sup>

### DESIGUALDADES E ACESSIBILIDADE

Embora a cobertura dos serviços esteja a aumentar, as desigualdades no acesso aos serviços também estão a aumentar em muitos países.<sup>(6)</sup> Está demonstrado que as pessoas mais pobres das áreas urbanas e rurais pagam mais pela água fora da rede do que as pessoas que acedem à água através de ligações domésticas.<sup>(18, 19)</sup>

*As perceções influenciadas pela política do que é considerado acessível para os consumidores bloquearam o progresso em direção ao acesso universal, levaram as concessionárias a operar com prejuízo e impulsionaram um aumento nas desigualdades de serviço em muitos países.<sup>(6)</sup>*

## 2) O DÉFICIT DE FINANCIAMENTO PARA ÁGUA E SANEAMENTO

### AS NECESSIDADES FINANCEIRAS

O Banco Mundial estimou que, para alcançar o acesso universal a água e saneamento geridos com segurança, os atuais investimentos anuais em infraestrutura precisariam ser pelo menos três vezes superiores para atingir os 114 mil milhões de USD anuais necessários.<sup>(8)</sup> Este é um número assustador e não diz tudo: não inclui os significativos custos operacionais e de manutenção que essa infraestrutura exige.<sup>1</sup>

Além disso, embora a questão do financiamento dos serviços de água seja complexa, esta tem sido objeto de intensa análise e discussão. O mesmo não se passa em relação à questão de como mobilizar financiamento adicional para programas de saneamento em larga escala, que tem sido amplamente ignorada.<sup>(21, 22)</sup>

### OS CUSTOS OCULTOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO

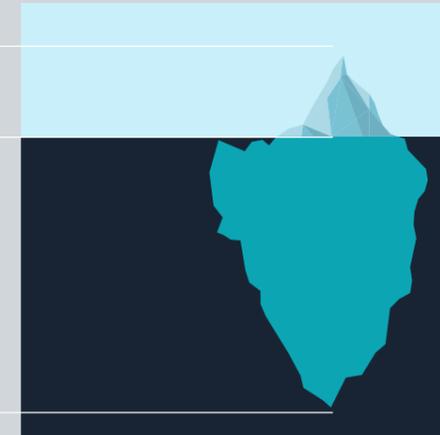
Os desafios para o setor aumentarão apenas face às projeções de crescimento populacional, da urbanização e das mudanças climáticas,<sup>(23 a 26)</sup> que se combinam para aumentar a pressão sobre as infraestruturas envelhecidas e a procura por novas infraestruturas. A necessidade de reparar, manter ou substituir as infraestruturas envelhecidas representa um custo desconhecido a somar aos 114 mil milhões de USD mencionados acima. As projeções avaliam que esses custos de manutenção irão eclipsar o custo da instalação de novas infraestruturas antes de 2030.<sup>(27)</sup> Em conjunto, representam um nível formidável de investimento necessário.<sup>(16)</sup>

<sup>1</sup> Estima-se que a manutenção dos recursos existentes em países de rendimento médio e baixo exija até 1,5 vezes o montante necessário para a construção de novas infraestruturas, principalmente devido ao grande atraso na manutenção dos recursos existentes.<sup>(8)</sup>

MUITAS VEZES, OS PRINCIPAIS REQUISITOS DE FINANCIAMENTO NÃO SÃO NEM IDENTIFICADOS, NEM ABORDADOS

DESPESAS DE CAPITAL

TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS



### FONTES DOS FUNDOS

O setor é tradicionalmente financiado por três fontes principais: impostos, tarifas e transferências. Os «3Ts» na sigla inglesa (*tariffs, taxes, transfers*), como são chamados, deixam muitas oportunidades para que o financiamento reembolsável seja introduzido no setor.<sup>(28)</sup>

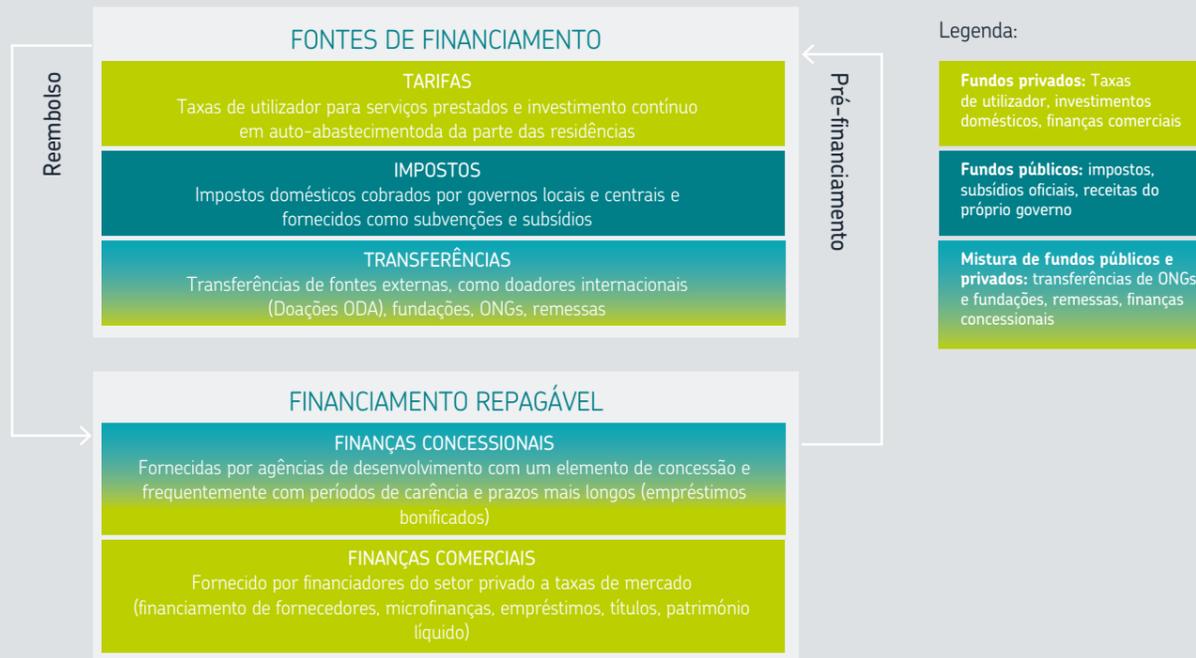
Em termos de volume, as fontes de financiamento maiores e mais previsíveis são as tarifas.<sup>(29)</sup> No entanto, o setor depende historicamente em larga medida dos impostos (menos previsíveis) e das transferências (ou seja, assistência ou ajuda externa ao desenvolvimento) para financiar os seus investimentos. O saneamento, água e higiene representaram 57% do total dos investimentos no desenvolvimento para o setor entre 1995 e 2014,<sup>(30)</sup> mas essa parcela da assistência total ao desenvolvimento começou a declinar em relação a outros setores.<sup>(31)</sup>

A natureza de capital intensivo do setor e o atraso nos investimentos significa que o setor depende de recursos públicos, pelo menos a curto prazo.<sup>(31, 32, 33)</sup>

*Alguns serviços do setor público (por exemplo, saúde, educação, segurança, justiça) têm baixa capacidade de gerar receitas e, portanto, dependem amplamente de subsídios. O setor da água e saneamento, no entanto, atrai, em graus variados, as receitas provenientes das contribuições das famílias através de tarifas e dos seus próprios investimentos em autofornecimento. O ministro das finanças pode ter como objetivo, a longo prazo, um setor que funcione bem, financiado principalmente pelas receitas tarifárias e com pouca necessidade de subsídios públicos (apenas para situações específicas).*

Quando os impostos e as tarifas não são suficientes para financiar os gastos de capital, os dirigentes governativos podem recorrer à opção do financiamento reembolsável. No entanto, aplicam-se limites aos empréstimos (espaço fiscal)<sup>(34)</sup> e o financiamento privado dependerá inevitavelmente em grande parte da geração de receitas das tarifas, para responder à dívida.<sup>(35)</sup>

## FONTES DE FUNDOS E FINANCIAMENTO: PÚBLICO E PRIVADO



Fonte: Adaptado do Banco Mundial<sup>(36)</sup>

A experiência dos países de rendimento médio e alto demonstra que a combinação de fundos públicos e privados pode preencher com eficácia o défice de financiamento.<sup>(37)</sup> Tem sido relativamente fácil atrair financiamento (da banca) comercial para o setor da água e saneamento nos países desenvolvidos onde a capacidade financeira e a governança dos prestadores de serviços é robusta.<sup>(33)</sup>

Fazer o mesmo nos países em desenvolvimento, no entanto, exigirá um conjunto de intervenções práticas, que vão desde maximizar a eficiência e a eficácia das fontes de fundos existentes até à mobilização de novas fontes de financiamento e o incentivo ao desempenho.<sup>(9)</sup>

## 3) ÁREAS-ALVO PARA O APOIO DOS MINISTROS DAS FINANÇAS



Quais são as políticas e estratégias de financiamento que apresentaram ou demonstraram potencial para gerar melhores resultados? Foram identificadas quatro áreas principais de apoio como sendo as mais eficazes para mobilizar financiamento adicional e usar as fontes de financiamento existentes de maneira mais eficaz, dependendo do nível de «prontidão» do setor ou das reformas necessárias.

### QUATRO ÁREAS CRÍTICAS DE INTERVENÇÃO COM O POTENCIAL DE MOBILIZAR MAIS RECURSOS



O manual destaca estudos de caso de países em todo o mundo para ilustrar várias abordagens para melhorar o financiamento do setor e explorar alguns dos impactos que as abordagens tiveram. Resumimos abaixo por área de apoio:

- 1) Maximizar o valor dos fundos públicos existentes
  - > Incentivar o desempenho do setor (Indonésia)
  - > Melhorar a o direcionamento dos subsídios (Chile)
  - > Promover um melhor planejamento e gestão do financiamento do setor (Camboja, Moçambique)
  
- 2) Mobilizar mais fundos públicos
  - > Estabelecer políticas adequadas de recuperação de custos para o setor: reformas tarifárias (Burquina Faso)
  - > Atribuir mais recursos governamentais à água e saneamento (Mali)
  - > Introduzir impostos com afetação específica (Coreia do Sul, Índia, Costa Rica)
  - > Implementar subsídios combinados de outros setores, sobretaxas universais e impostos de solidariedade (Argentina)
  
- 3) Aumentar o financiamento interno reembolsável
  - > Uso de garantias para diminuir o risco e mobilizar o financiamento nacional privado (Filipinas)
  - > Melhorar o desempenho do setor avaliando a solvabilidade dos prestadores de serviços (Indonésia, Quênia)
  - > Trabalhar com patrocinadores privados para obter financiamento (Índia, Ruanda)
  - > Fortalecer os mercados financeiros usando fundos de desenvolvimento municipal (República Checa) e apoiar os 'fundos renováveis' do setor (Bulgária)
  - > Apoiar a próxima geração de abordagens de microfinanças (Filipinas, Peru, Índia, Quênia)
  
- 4) Incentivar a inovação e novas abordagens menos exploradas
  - > Acesso a fundos climáticos (Kiribati)
  - > Aproveitamento de investimentos internacionais não tradicionais, como obrigações de impacto social e outros métodos (Camboja)

Todas as estratégias acima pretendem mobilizar mais financiamento e fundos para o setor, mas o financiamento intergovernamental é um verdadeiro desafio. Em muitos países, a descentralização fiscal não seguiu a descentralização funcional. Os fornecedores de serviços e autoridades rurais da água e saneamento têm por norma menos recursos humanos habilitados a implementar as políticas setoriais necessárias. As já magras aprovações orçamentais chegam tarde e os desembolsos ficam aquém das afetações.<sup>(6)</sup>

*Os ministros das finanças podem implementar as reformas necessárias que garantam o desembolso atempado, previsível e adequado dos financiamentos centrais aos prestadores de serviços e autoridades regionais.*

## ÁREA DE APOIO 1: OTIMIZAR O VALOR DO FINANCIAMENTO PÚBLICO EXISTENTE

Nos últimos 200 anos o desenvolvimento dos serviços da água e saneamento nos países de elevado rendimento foi apoiado pelo financiamento público. A infraestrutura foi financiada por uma combinação de subvenções do governo central, empréstimos, títulos e impostos com afetação específica, enquanto os custos dos serviços foram cobertos pelas tarifas.<sup>(37)</sup> Ao fazer isso, e através do apoio a instituições e empresas bem geridas, os governos puderam reduzir a percepção que existia deste ser um setor de alto risco, possibilitando o acesso ao financiamento de mercado que antes estava fora do seu alcance.<sup>(38)</sup>

*Os ministros das finanças podem trabalhar em estreita colaboração com os ministros do setor e com os homólogos relevantes para seguir estratégias que proporcionem melhores resultados para a população, desenvolvendo fundos governamentais que utilizem financiamento baseado em resultados e um melhor direcionamento dos subsídios. Isso ajudará a colocar o setor num caminho para melhorar a sustentabilidade financeira, maximizar os benefícios das finanças públicas, e começar a mudar a mentalidade dentro do setor e fora dele.*

### INCENTIVAR O DESEMPENHO DO SETOR

Apesar de (ou talvez devido a) décadas de financiamento fácil e não vinculado ao desempenho, o setor é relativamente ineficiente.<sup>(39, 33)</sup> Os protagonistas do setor (na sua maioria) não são penalizados pelo mau desempenho nem recompensados pelas melhorias. Uma mudança para o financiamento baseado na produção (vinculando o financiamento aos resultados) ajudará a incentivar o setor a obter resultados do seu investimento. Os novos investidores também desejam ver maior eficiência antes de investir, e os sistemas que responsabilizam as pessoas têm maior probabilidade de gerar uma cultura de melhoria contínua.

Em muitos países, a responsabilidade do serviço da dívida dos governos centrais não é passada aos prestadores de serviços. Se os prestadores de serviços fossem genuinamente responsáveis pelo serviço da dívida, poderiam ser incentivados a concentrar-se em: a) escolher as soluções mais económicas; e b) manter os recursos existentes. Isso seria uma melhoria substancial no ciclo predominante de «investir-negligenciar-investir», que leva a uma vida útil mais curta dos ativos, investimento desperdiçado e baixos padrões de serviço.

## INDONÉSIA

### Financiamento para a água e saneamento em escala baseado em incentivos

Existem dois programas principais para implementar o financiamento baseado em incentivos no setor WASH na Indonésia. São os 'Water Hibah' (uma subvenção para incentivar os governos locais a afetarem verbas orçamentais para aumentar o número de famílias ligadas a sistemas de abastecimento de água canalizada nas áreas urbanas e rurais) e os 'Sanitation Hibah' (uma subvenção para incentivar os governos locais a afetarem verbas orçamentais para aumentar o acesso a um saneamento melhorado. Por exemplo, aumentando o número de casas ligadas aos sistemas de esgoto existentes à escala da cidade, desenvolvendo novos sistemas de esgotos descentralizados e reabilitando os tanques sépticos a nível doméstico).

A coordenação do programa é do Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Nacional (BAPPENAS) e do Ministério das Obras Públicas e Habitação (PUPR). O PUPR também atua como a agência geral de implementação do programa, assistido pelo Ministério das Finanças e apoiado pelo Departamento de Comércio Exterior da Austrália (DFAT). Os fundos para os governos locais são transferidos diretamente do Ministério das Finanças.

A abordagem do programa Water Hibah usou acordos de transferência fiscal de 'central para regional', totalizando mil milhões de USD em fundos do governo entre 2015 e 2019. O DFAT apoiou a preparação e implementação do programa, incluindo consultoria estratégica para modificar o programa para se adequar ao contexto da Indonésia, aumentar a eficiência de custos e gerir os riscos.

O programa exige em primeiro lugar que os governos locais afetem os seus próprios orçamentos ao desenvolvimento de fossas sépticas ou à construção de ramais que liguem as casas a sistemas de esgotos ou de abastecimento de água. Os governos locais são reembolsados após a verificação técnica, conduzida pelo Ministério de Obras Públicas e Habitação, com o apoio dos parceiros de desenvolvimento e do auditor estatal.

De 2010 a 2019, o programa Water Hibah forneceu mais de 1,2 milhões de ligações domésticas (cerca de 6 milhões de pessoas). Enquanto isso, o Sanitation Hibah contribuiu para o desenvolvimento de novas fossas sépticas para 52.000 famílias (de 2016 a 2018) e permitiu que 18.100 famílias se conectassem ao sistema de esgoto (de 2011 a 2018).

Ambas as doações têm como alvo as famílias de baixos rendimentos na Indonésia. As linhas orientadoras do programa estabelecem que toda a infraestrutura desenvolvida deverá estar em conformidade com um conjunto de normas mínimas. Existem vários mecanismos para garantir que as comunidades-alvo recebam os benefícios das subvenções, inclusive através de sondagens e da verificação dos agregados familiares. No entanto, as normas mínimas e os mecanismos dos programas não abordam diretamente como garantir a cobertura de todas as pessoas marginalizadas e vulneráveis (por exemplo, garantir o acesso de pessoas com deficiência). As subvenções beneficiariam, portanto, ao aumentar o âmbito das suas avaliações, quando possível.

Até 2018, as subvenções da água e saneamento aumentaram para 44 milhões de USD por ano em 2018. O valor geral das doações de 2010 a 2018 agora é de 171 milhões de USD.

O financiamento baseado em incentivos é eficaz não só ao fornecer incentivos aos governos locais para priorizar e afetar o seu orçamento à água e saneamento, mas também ao garantir que as instalações são realmente construídas e usadas, porque a concessão é fornecida apenas depois da verificação técnica das instalações. Isso não quer dizer que não houve desafios. Os obstáculos enfrentados incluem a falta de capacidade de construção técnica do governo local, dificuldades na elaboração de relatórios financeiros e processos administrativos e financeiros mais gerais, incluindo questões decorrentes de uma fraca coordenação entre as várias partes interessadas.

Fontes: DFAT<sup>(40)</sup>, Governo da Indonésia<sup>(41)</sup>

## PERU

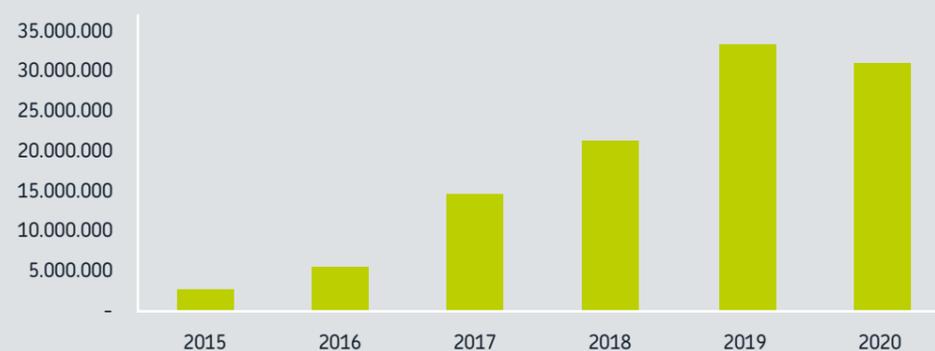
### Um programa de incentivo para melhorar a gestão municipal

O 'Programa de Incentivos à Melhoria da Gestão Municipal' (MIP) foi criado em 2009 com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços públicos prestados pelos municípios do Peru. O programa usa transferências diretas para os governos locais, sob condição de cumprimento das metas estabelecidas, que são verificadas duas vezes por ano. O programa também oferece assistência técnica, destinada a melhorar a capacidade de gestão do pessoal que trabalha nesses distritos.

O programa é liderado pela Direção-Geral de Orçamento Público do Ministério da Economia e Finanças e apoia diferentes setores usando financiamento público do governo nacional. Os incentivos para o setor de água e saneamento do Peru tem aumentado, passando de cerca de US \$2,5 milhões em 2015 para US \$2 milhões em 2020.

O programa fornece fundos públicos adicionais para novos sistemas ou reabilitação, enquanto ao mesmo tempo melhora a capacidade institucional para a prestação de serviços. Uma das mudanças institucionais mais relevantes exigidas pelo programa foi a criação de Áreas Técnicas Municipais (MTAs), que prestam atendimento dedicado às organizações comunitárias que administram serviços de água e saneamento em áreas rurais.

PROGRAMA DE INCENTIVOS AO INVESTIMENTO EM ÁGUA E SANEAMENTO 2015-2020 (EM US \$)



O programa MIP classifica os municípios de acordo com fatores sociais, geográficos e econômicos, dividindo-os em seis categorias. O ministério das finanças faz transferências diretas de acordo com essas categorias e contra realizações, como:

- Número de ATMs oficiais de água, saneamento e higiene criados e implementados
- Número de operadores rurais de água registrados
- Número de sistemas de abastecimento de água construídos ou reabilitados
- Número de sistemas de água clorados

Em 2019, havia mais de 1.500 ATMs (de um total de 1.800 distritos) servindo aproximadamente 30.000 organizações comunitárias no Peru. Entre 2015 e 2019, 15.901 operadores rurais de água e saneamento foram registrados, 31.917 sistemas de água foram construídos, 2.500 sistemas de água rurais foram reabilitados e 1.997 sistemas de cloração foram instalados.

Fonte: Dados fornecidos pelo Ministério da Economia e Finanças e pelo Ministério da Habitação, Construção e Saneamento, para o Programa Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento Rural do Peru

## MELHORAR O DIRECIONAMENTO DOS SUBSÍDIOS

Os subsídios são tipicamente implementados com a boa intenção de garantir que os pobres possam aceder aos serviços básicos. No entanto, subsídios de água mal projetados e/ou mal direcionados acabam por beneficiar os que já dispõem de ligação a redes de esgotos ou de água, muitos dos quais não são pobres.<sup>(42)</sup> Assim, os pobres acabam por não beneficiar do subsídio e o serviço de água perde a receita tarifária que poderia ter recebido das famílias mais ricas.

*Se por um lado, são os ministros e/ou reguladores do setor que projetam os subsídios para o setor, são os ministros das finanças que assinam as autorizações e as afetações orçamentais necessárias. A estruturação dos subsídios não mudou muito nos últimos 30 anos na maioria dos países. Onde for esse o caso, os ministérios das finanças e da pasta deverão avaliar a sua eficácia.*

A criação de mecanismos de subsídios eficazes pode mobilizar fundos significativos para o setor. Podem ser usados para expandir a cobertura a famílias de baixos rendimentos ou para financiar serviços para os quais há uma mais baixa disposição a pagar, como o tratamento de águas residuais. Uma publicação recente do Banco Mundial<sup>(43)</sup> demonstra que os valores dos subsídios anuais variam de 0,05% a 2,4% do PIB, com as economias de baixo rendimento a ocuparem geralmente o extremo mais alto desse intervalo.

O custo dos subsídios atribuídos à água e ao saneamento em 194 países (excluindo China e Índia) foi estimado em 320 mil milhões de USD por ano. A maioria desses subsídios beneficia os clientes existentes e não é usada para estender serviços às comunidades mais desfavorecidas. Um mergulho profundo em 10 países indica que, em média, apenas 6% dos subsídios atingiram o quintil mais pobre da população.<sup>(43)</sup>

SUBSÍDIOS QUE CHEGAM AO QUINTIL MAIS POBRE DA POPULAÇÃO (MÉDIA)

6%

SUBSÍDIOS QUE CHEGAM AO QUINTIL MAIS RICO DA POPULAÇÃO (MÉDIA)

56%

Para garantir que as tarifas sejam mais econômicas e que os serviços de água e saneamento sejam acessíveis aos mais pobres, os países europeus experimentaram diferentes abordagens nos últimos 10 anos. O relatório de 2017, «Acessibilidade da água: Opiniões e abordagens dos operadores públicos sobre o combate à pobreza na água» descreve as abordagens de vários operadores públicos.<sup>(44)</sup>

Poderá ser oportuno rever a estrutura dos subsídios e considerar a segmentação dos fornecedores de serviços por cobertura de serviço, riqueza e percentagem de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza na área servida. Isso ajudaria a identificar quais são as concessionárias de serviços públicos que têm baixa cobertura e precisam de níveis mais altos de subsídios (baixa base de receita e alta necessidade de investimento) e quais empresas de serviços públicos têm uma cobertura mais alta e, portanto, requerem níveis mais baixos de subsídios (alta base de receita e baixa necessidade de investimento). As áreas mais ricas devem ter um pressuposto de uma maior capacidade para pagar do que as áreas mais pobres.

Da mesma forma, os subsídios são muitas vezes aplicados igualmente a todas as categorias de investimento. Essa abordagem uniforme ignora o fato de que alguns investimentos têm melhores retornos financeiros do que outros, enquanto outros podem ter benefícios sociais e econômicos mais amplos que superam os benefícios financeiros. Assim, um subsídio para expandir os serviços de saneamento ou estender as redes de água para áreas mais pobres pode atrair com mais facilidade um subsídio elevado do que um investimento em eficiência energética, que pode se pagar a si próprio dentro de dois a três anos.

Sobre o saneamento, especificamente, a GIZ partilhou as suas experiências com subsídios aos mais pobres para a construção de casas de banho domésticas.<sup>(45)</sup> Este trabalho procura abordar a questão de como projetar subsídios inteligentes que possam ser implementados em escala, para aumentar significativamente o acesso ao saneamento em contextos de escassos recursos financeiros. Depois de dissipar os três mitos dominantes sobre os subsídios para o saneamento doméstico, o relatório descreve as variáveis de estruturação dos subsídios e examina as inevitáveis compensações que devem ser ponderadas ao definir essa estrutura.

## CHILE

### Uma tarifa de consumo de água com subsídios para os mais pobres de acordo com os rendimentos

O Chile introduziu subsídios ao consumo de água de acordo com os rendimentos no início dos anos 90. São empresas privadas que prestam o serviço, mas as autoridades públicas determinam como aplicar os subsídios. O governo paga os subsídios aos prestadores de serviços com base na quantidade real de água consumida, em vez de uma quantidade pré-estabelecida.

Por lei, o subsídio pode cobrir de 25% a 85% da conta da água e saneamento de uma família nos primeiros 20 metros cúbicos por mês, dependendo da capacidade de pagamento. O consumidor paga a tarifa integral por todo o consumo acima do 'limite' de volume mensal definido. Anualmente, o Ministério do Planejamento determina o nível de subsídios para cada região e como devem ser aplicados. O subsídio segue o padrão estabelecido pela Organização Pan-Americana da Saúde, que declara que «nenhuma família deve gastar mais de 5% do seu rendimento mensal em água e saneamento», o que significa que apenas as famílias que não conseguem custear um nível de consumo de subsistência beneficiam do subsídio.

O esquema de subsídios é financiado inteiramente pelo orçamento do governo central e administrado pelo Ministério do Planejamento Social em conjunto com as autoridades municipais. Usando as informações dos inquéritos às famílias por região e as tarifas publicadas pelas empresas, é possível determinar o nível de subsídio para cada região, o que significa que áreas mais pobres ou mais remotas são vistas pelos prestadores de serviços como áreas viáveis de expansão.

Fonte: Banco Mundial<sup>(46)</sup>

## COLOMBIA

### Subsídios e incentivos direcionados a áreas rurais e bairros informais

A lei colombiana que rege os serviços públicos tem tido sucesso em expandir o fornecimento de água e saneamento nas grandes áreas urbanas. Desde que a lei entrou em vigor, a cobertura de água potável aumentou de 77% em 1993 para 92% em 2018. Apesar desses ganhos, as áreas rurais e bairros informais urbanos continuaram a ser mal servidos.

A lei estabelece que as concessionárias têm a responsabilidade principal de fornecer os serviços e devem cumprir os regulamentos, que incluem as tarifas definidas e padrões mínimos de serviço. No entanto, as características definidas para as áreas rurais e bairros informais (por exemplo, população dispersa baseada longe das redes existentes de infraestrutura) podem fazer estas áreas parecer pouco atraentes como potenciais investimentos, especialmente se as penalizações por não conformidade forem, em última análise, muito inferiores aos custos de prestação de serviços.

O Ministério da Habitação e Cidades decidiu, portanto, desenvolver incentivos adicionais para a prestação de serviços nessas áreas de baixo valor. Estes incluíram subsídios diretos para bairros informais (onde os prestadores de serviços não são públicos), bem como para a adoção de soluções tecnológicas mais adequadas ao meio rural. Os incentivos direcionados criam o espaço para que as concessionárias atinjam os padrões de serviço estabelecidos juridicamente que delas são exigidos, mas de forma gradual e mais flexível, e incentiva a inovação em soluções fora da rede.

Com base nos novos regulamentos, o Ministério está a implementar dois programas com os governos subnacionais: um para áreas rurais ('Agua al Campo') e um para bairros informais ('Agua al Barrio'). Agua el Campo tem um orçamento de 8,4 bilhões de pesos colombianos, o equivalente a US \$2,5 bilhões para o período 2020-2032.

As metas iniciais dos programas incluem aumentar a cobertura de água de 24% em 2018 para 40% em 2022, e o aumento da cobertura de saneamento de 10% em 2018 para 22% em 2022, nos municípios selecionados.

Fonte: Dados fornecidos pelo Ministério da Habitação, Cidade e Território e pelo Vice-Ministério de Água Potável e Saneamento

## PROMOVER UM MELHOR PLANEAMENTO E GESTÃO FINANCEIRA DO SETOR

Como ponto de partida, todos os países deverão ter estratégias de financiamento para atingir as suas metas WASH. É igualmente importante que essas estratégias definam a base da formulação das políticas relevantes. Muitos países não possuem estratégias de financiamento para atingir as suas metas de água e saneamento e o setor não é normalmente considerado uma prioridade.<sup>(9)</sup>

*Frequentemente, há uma desconexão entre as decisões de investimento que são tomadas, a definição de tarifas, as estratégias de recuperação de custos, os prazos de implementação e as fontes de financiamento. O ministério das finanças deve aprovar apenas investimentos relevantes em setores reformados ou com reformas em curso. A elaboração de planos realistas com forte apoio político dá maior confiança às partes interessadas.*

Os custos podem ser significativamente reduzidos, tornando o setor mais eficiente e eficaz. Isso pode ser feito melhorando a avaliação do projeto: usando modelos e critérios normalizados para a avaliação, condicionando os empréstimos ao dimensionamento ideal de projetos que levam em consideração todos os custos do ciclo de vida e fornecendo fundos dedicados ao desenvolvimento e avaliação do projeto.<sup>(47)</sup>

## CAMBOJA

### Plano de ação nacional orçamentado para 2019–2023

O Camboja desenvolveu e lançou recentemente um «Plano de Ação Nacional para o Abastecimento da Água, Saneamento e Higiene Rural» orçamentado para 2019–2023. É um marco importante para as ambições do ODS 6 do Camboja.

O custo do plano atualizou os modelos anteriores do setor e adicionou elementos para melhorar a previsão. Ajustou os custos unitários à inflação, acrescentou novos níveis de serviço baseados nos ODS e considerou os custos necessários para o fortalecimento institucional do WASH. Também orçamentou atividades promocionais de saneamento e higiene e ajustou os custos para aumentar as medidas de resiliência climática, bem como a adaptação a ambientes desafiadores. A estrutura de resultados foi também estruturada para se alinhar com os limites de orçamento para programas nacionais estabelecidos pelo Ministério da Economia e Finanças.

A análise foi conduzida para identificar fontes de financiamento, incluindo contribuições das famílias, e identificar as lacunas mais críticas de financiamento, como para o abastecimento de água rural, oferecendo uma noção clara dos requisitos de mobilização de recursos para alcançar as metas WASH dos ODS no Camboja. Foi estimado um investimento de 898,4 milhões de USD em cinco anos para fornecer serviços básicos da água e saneamento, mudança de comportamentos e promoção de ambiente propício, embora essas estimativas não incluam pessoal e outros custos indiretos relacionados.

O Ministério da Economia e Finanças aumentou a dotação orçamental para o saneamento rural de 327.000 USD em 2014 para 1,5 milhões. O governo também está a transformar gradualmente o seu sistema de orçamento baseado em entradas e, em seu lugar, estabelecer uma atitude orçamental baseada em saídas.

As contribuições domiciliares adicionais estimadas são de 150,6 milhões de USD. Outras fontes de financiamento incluem doações de parceiros de desenvolvimento (União Europeia, Agência Francesa de Desenvolvimento, Facilidade de Investimento Asiática, UNICEF e várias ONGs que trabalham no setor) e empréstimos do Banco Asiático de Desenvolvimento.

Até ao momento, 105 comunidades aumentaram a sua alocação para atividades rurais da água e saneamento. Os distritos que participam na transferência de funções ligadas à água e saneamento, como parte dos esforços de descentralização, começaram a alocar fundos dos seus 'Planos Distritais de Investimento'. Algumas províncias relataram esforços e sucesso na mobilização de apoio comunitário a famílias pobres e vulneráveis, por meio de mecanismos de apoio social.

A cooperação intersetorial também aumentou: fundos para o abastecimento da água, saneamento e higiene rurais foram incluídos em vários programas de melhoria da nutrição voltados para crianças com menos de cinco anos. O Ministério da Educação, Juventude e Desporto tem alocado orçamentos para atividades escolares da água, saneamento e higiene, incluindo gestão de higiene menstrual. O Ministério da Saúde assumiu a responsabilidade de financiar a melhoria da água, saneamento e higiene nas unidades de saúde.

Fontes: Governo do Camboja<sup>(48 a 50)</sup>

Por outro lado, diante dos magros orçamentos e das restrições de financiamento, os legisladores geralmente precisam de assistência externa para entender o setor da água e saneamento, a fim de tomar decisões informadas sobre onde e como direcionar investimentos e evitar cortes no orçamento. Para ajudar a garantir que essas informações sejam fornecidas é necessário assegurar a existência de espaços formais onde as organizações da sociedade civil e outros especialistas se possam envolver com o processo orçamental a nível nacional. Manter estas conversações transparentes tem o benefício adicional de aumentar a responsabilização dos intervenientes.<sup>(51, 52)</sup>

## MOZAMBIQUE

### Aliança para a Monitorização do Orçamento para proteger o financiamento público do setor

O Fórum de Monitoria do Orçamento de Moçambique (FMO) é uma aliança de organizações da sociedade civil moçambicana que cooperam pela transparência e responsabilização da execução das finanças públicas. A Helvetas, Rede de Integridade da Água e a Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação apoia o FMO desde 2013.

Em 2016, o trabalho do FMO com o parlamento contribuiu significativamente para limitar os cortes no orçamento deste setor prioritário a apenas 1%, permitindo que o setor WASH mantenha os seus investimentos e atividades principais. O FMO apoiou diretamente o Comité Parlamentar de Planeamento e Orçamento na sua avaliação dos orçamentos nacionais e apresentou argumentos fundamentados ao Governo para aumentar as alocações orçamentais para o setor WASH. O FMO também recomendou que o Governo divulgasse as contas nacionais de Moçambique num formato claro, preciso e simples, para torná-las mais acessíveis aos cidadãos. Em 2017, o governo concordou em disponibilizar prontamente as «Contas Gerais do Estado» e publicá-las juntamente com uma versão simplificada que a acompanha, chamada «Conta do Cidadão».

Em 2018, o FMO publicou uma análise do «Relatório de Execução Orçamental» para o setor da água e saneamento, que destacou baixa alocação de recursos e baixo desempenho em termos de execução orçamental, com menos de um terço do orçamento alocado a ser efetivamente usado no final do terceiro trimestre, um dado extremamente frustrante para comunidades dependentes de recursos públicos para acesso a serviços de água. A análise também mostrou que a maneira centralizada de coordenação do orçamento no setor da água prejudicou os resultados do desenvolvimento, com dois terços do orçamento destinados a projetos a nível nacional e menos de 0,1% para as províncias mais pobres e populosas do país: Niassa e Zembézia. As recomendações dessas análises ajudam agora a estruturar as discussões antes da apresentação do orçamento no Parlamento através de consultas coordenadas pelo Ministério das Finanças.

Fonte: Rede de Integridade da Água





## ÁREA DE APOIO 2: MOBILIZAR MAIS FUNDOS PÚBLICOS

Enquanto a secção anterior demonstrou como os ministros das finanças e do setor podem trabalhar juntos para melhorar o desempenho geral dentro das restrições de financiamento e dos fundos existentes, esta secção estabelece como os ministros das finanças e do setor podem expandir a própria base de financiamento, capitalizando assim os fortes benefícios económicos do setor.

*As abordagens de política fiscal têm o potencial de angariar grandes quantidades de receita para alcançar o acesso universal aos serviços de água e saneamento. Tais abordagens são desenvolvidas principalmente fora do setor da água e são geridas centralmente por departamentos dedicados dentro do ministério das finanças. Os ministros das finanças têm o poder político e técnico para incentivar a reforma do setor e ajudar a estruturar soluções de financiamento em escala que deixarão um legado duradouro.*

## ESTABELECIMENTO DE POLÍTICAS ADEQUADAS DE RECUPERAÇÃO DE CUSTOS PARA O SETOR: REFORMA TARIFÁRIA

Uma área importante em que os ministros das finanças exercem considerável influência é a das políticas de recuperação de custos. A maioria dos países possui uma política de recuperação de custos, mas ela raramente é aplicada. Tarifas muito baixas, juntamente com recuperação desadequada de custos, levam ao subfinanciamento da manutenção.<sup>(53)</sup> Com demasiada frequência, a estrutura das tarifas é tal que a maioria dos clientes se enquadra no segmento mais baixo da tarifa, mesmo quando podem pagar muito mais.<sup>(54)</sup> Inevitavelmente, as tarifas não são suficientes para cobrir o custo operacional básico da companhia de água, que precisa de subsídios do governo para sobreviver.<sup>(6)</sup>

*Se as tarifas da água e saneamento forem baixas, o Estado poderá acabar a subsidiar os ricos.<sup>(55)</sup> Os ministros das finanças e do setor podem rever o nível e a estrutura das tarifas (incluindo considerações de acessibilidade para os mais pobres); identificar as oportunidades de subsídios cruzados e melhorar a eficiência.*

As políticas e tarifas devem ser estruturadas para refletir e responder a segmentos de mercado diferenciados.

As populações das áreas de baixo rendimento e das comunidades mais pobres, para quem as tarifas são inacessíveis se refletirem o custo total da prestação de serviços, poderão ser parcialmente subsidiadas pelas comunidades mais ricas com acesso à água ou por outras categorias de clientes (como a indústria), se as políticas forem bem projetadas.

## BURKINA FASO

### Um sistema tarifário nacional

O Gabinete Nacional de Água e Saneamento (ONEA) é o organismo estatal responsável pela prestação de serviços no Burkina Faso. Em 1970, o ONEA estabeleceu o princípio de 'equalização nacional' (péréquation nationale) para recuperar os custos e estabelecer tarifas. Envolve 58 cidades, representando 27% da população nacional. As tarifas são definidas de acordo com o tipo de consumidor (comercial, industrial, familiar, etc.) e a riqueza relativa da localidade, para que a recuperação de custos ocorra em toda uma área de serviço da concessionária através de subsídios combinados.

O equilíbrio financeiro é possível porque as tarifas mais altas do comércio e da indústria compensam os custos do fornecimento de tarifas abaixo do custo para ligações domésticas e marcos fontanários públicos nas regiões mais pobres da área de serviço.

O processo de definição de tarifas é coordenado centralmente pelo Ministério das Finanças, com o ONEA a apresentar e discutir o desempenho e o progresso anualmente a um comité. O processo de definição de tarifas baseia-se na análise dos custos totais da prestação de serviços, aplicando cinco critérios:

- Eficiência financeira para os prestadores de serviços: a receita consegue cobrir as despesas?
- Eficiência económica: consegue responder à procura?
- Capital próprio: as tarifas são justas?
- Simplicidade: o sistema tarifário é fácil de entender?
- Preservação dos recursos hídricos: as tarifas contribuem para o comportamento racional de consumo?

O sistema possibilitou melhorias graduais nos serviços, incluindo a expansão para pequenas áreas rurais e peri-urbanas. De acordo com as primeiras contas nacionais produzidas em 2017 usando a metodologia 'TrackFin' da OMS, as tarifas pagas pelos utilizadores representaram 59% do total das fontes de financiamento para o setor da água.

Fonte: ONEA<sup>(56)</sup>

## CANALIZAR MAIS RECURSOS DO GOVERNO PARA A ÁGUA E SANEAMENTO

Os governos podem considerar alocar mais impostos à água e ao saneamento. Com o aumento da receita, se as verbas para o setor forem usadas para promover os direitos dos mais pobres, mais vulneráveis e marginalizados, daí também resultará uma maior taxa marginal de retorno.

*O primeiro passo para os ministros das finanças seria identificar para onde os fundos estão a ser canalizados e onde existem lacunas óbvias para responder às necessidades das metas estratégicas do governo a longo prazo para água e saneamento.*

## MALI

### Como melhores relatórios financeiros do setor levaram ao aumento do financiamento

Em 2014, o Mali comprometeu-se a alocar pelo menos 0,2% do PIB para higiene e saneamento e 5% do orçamento nacional para a água e saneamento, em conformidade com os níveis estabelecidos no quadro da SWA.

O Mali desenvolveu contas nacionais para água, saneamento e higiene usando a metodologia TrackFin em 2015, com o apoio da OMS, UNICEF e WaterAid. No entanto, quando o primeiro relatório do TrackFin foi publicado em março de 2017, abrangendo os anos de 2012 a 2014, revelou que, em 2013 e 2014, apenas 1,1% e 1,2% do orçamento nacional tinham sido atribuídos à água e ao saneamento, respetivamente.

O relatório também constatou que o investimento total em água potável de 2012 a 2014 representou apenas 46,5% das necessidades de financiamento estimadas para esses três anos, de acordo com o «Plano Nacional de Acesso à Água Potável» (PNAEP) adotado em 2006. O montante total de investimentos (financiamento do governo, doadores e ONGs) situou-se em 8,6 mil milhões de francos CFA (equivalente a 14,7 milhões de USD) em 2012 e aumentou para 35,5 mil milhões de francos CFA em 2014 (equivalente a 60,9 milhões de USD). Não é de surpreender que esse déficit de financiamento coincida com um período de estagnação na taxa de acesso à água potável entre 2010 e 2014.

O ministro responsável pela água consultou o ministro responsável pelo saneamento e, em 2017, apresentou as conclusões do TrackFin ao Conselho do Gabinete, presidido pelo Primeiro Ministro. Seguiram-se discussões em torno da necessidade de fortalecer financeiramente o setor e o governo veio a decidir pela duplicação da parcela do orçamento nacional dedicada ao setor, de 1,23% em 2017 para 2,62% em 2018, incluindo planos para 100.000 ligações de água para as comunidades mais marginalizadas no distrito de Bamako.

O terceiro relatório de contas nacionais do Mali sobre água, saneamento e higiene deverá ser entregue em 2020, e o governo deve continuar com os relatórios da TrackFin para o setor, integrando o processo nos sistemas nacionais de monitorização existentes.

As conversações entre os protagonistas da água e saneamento a nível nacional – governo, parlamentares, sociedade civil, parceiros técnicos e financeiros, setor privado e institutos de pesquisa foram fundamentais para as mudanças de abordagem. Discussões mais amplas levaram também a uma melhor compreensão e cooperação intersetorial. Os ministérios da Energia e Água, da Saúde e Assuntos Sociais, do Ambiente, do Saneamento e Desenvolvimento Sustentável, e o da Economia e Finanças iniciaram o processo de diálogo formal e multilateral sobre o futuro do financiamento do setor da água, saneamento e higiene.

Fonte: Comité Técnico da SWA no Mali

## INTRODUÇÃO DE IMPOSTOS COM AFETAÇÃO ESPECÍFICA (COMBINADOS COM CAMPANHAS DE CONSCIENCIALIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS)

Explicados de forma simples, os impostos com afetação específica, são uma estratégia que direciona receitas tributárias específicas para uma finalidade de gasto específica. Os impostos sobre a propriedade eram os mais populares no início do século XX na Europa e na América do Norte para o financiamento de investimentos de capital em água e saneamento. Na Coreia do Sul eram usados impostos sobre o álcool para financiar o desenvolvimento do serviço da água e saneamento. Em Singapura, os impostos dos casinos são usados para apoiar o investimento em infraestrutura.<sup>(57)</sup> Os impostos com afetação específica costumam integrar programas mais amplos da sensibilização e mobilização de outras fontes de financiamento.

## COREIA DO SUL

### Cobertura universal numa geração

Em 1961, a cobertura do saneamento na Coreia do Sul era de apenas 2%, com 17% de cobertura da água. Em 2012, o país alcançou cobertura universal do saneamento e cobertura da água em 98%, uma reviravolta notável. A liderança política de alto nível foi fundamental, como parte de um impulso mais amplo em direção ao progresso da nação, do bem-estar comum e modernidade. A injeção inicial de fundos veio da ajuda externa (principalmente dos Estados Unidos) de 1960 a 1975, que veio permitir a rápida industrialização e o impulso económica, incluindo grandes investimentos em infraestrutura de WASH.

Desde que o fluxo de ajuda dos Estados Unidos foi interrompido em 1975, a Coreia do Sul teve que encontrar outras fontes de receita doméstica para investimentos em capital de 1976 em diante. Os subsídios e impostos foram inicialmente muito importantes, com as tarifas tornarem-se cada vez mais importantes à medida que o rendimento per capita aumentava. A companhia nacional da água alcançou a recuperação de custos operacionais (incluindo parte dos custos de investimento) em 2004, embora as taxas de geração de rendimentos tenham diminuído nos últimos anos.

Atualmente, o governo central continua a fornecer subsídios substanciais para o abastecimento da água e saneamento ao governo local e outros prestadores de serviços. As tarifas são por si só insuficientes para cobrir todos os custos operacionais dos sistemas de esgotos, e o governo utilizou um imposto nacional sobre o álcool para gerar uma receita específica e suprir a diferença.

Fontes: ODI<sup>(58)</sup> e WaterAid<sup>(27)</sup>

## ÍNDIA

### Uma taxa de serviços em todo o país destinada ao saneamento

Os objetivos da Swachh Bharat Abhiyan (Missão Índia Limpa, ou SBM) incluíam a eliminação da defecação a céu aberto, construindo 100 milhões de latrinas na Índia rural e urbana e mantendo as ruas e estradas limpas. A campanha nacional da Índia decorreu de 2014 a 2019 e foi liderada pelo Primeiro Ministro Narendra Modi.

Estimativas recentes indicam que as despesas correntes feitas unicamente pelos governos Central e Estatal na criação da infraestrutura de casas de banho individuais, comunitárias e públicas sob a Missão Swachh Bharat é mais de Rs 1,5 lakh crores (mais de US \$23 bilhões) entre 2014 e 2019. Um estudo recente da Fundação Bill e Melinda Gates concluiu que o valor acumulado gasto no apoio aos esforços de comunicação, educação e informação dos setores governamental, privado e de desenvolvimento foi de Rs 22.000-26.000 (até US \$ 3,6 bilhões).

Uma das principais fontes de receita foi um imposto com afetação específica de 0,5% sobre todos os serviços tributáveis, a partir de novembro de 2015. Esse imposto foi acrescido, cobrado e pago ao governo, independentemente da taxa sobre serviços existente, ou seja, foi cobrado como um item separado. Entre 2015 e 2018, o imposto arrecadou 206.320 milhões de rupias (2,87 mil milhões de USD).

Fontes: Vários<sup>(59 a 63)</sup>

## COSTA RICA

### Taxa Ambiental de Descarga de Águas Residuais

Na Costa Rica, a Taxa Ambiental de Descarga de Águas Residuárias (CAV, na sigla espanhola) foi criada em 2008 pelo Ministério do Meio Ambiente e Energia (MINAE) sob o princípio do 'poluidor-pagador', onde aqueles que produzem poluição arcam com os custos da sua gestão, de modo a reduzir danos ao meio ambiente.

A taxa promove uma produção mais limpa por parte das indústrias e maior eficiência nas estações de tratamento de águas residuais, porque o valor a pagar está diretamente relacionado com a limpeza de qualquer efluente produzido. Os recursos da taxa são alocados ao setor da água e saneamento para uma série de projetos, incluindo a melhoria do tratamento de esgotos domésticos e de águas residuais, apoiando uma produção mais limpa, monitorizando a qualidade dos efluentes e melhorando a educação ambiental.

Fonte: SWA<sup>(64)</sup>



## IMPLEMENTAÇÃO DE SUBSÍDIOS CRUZADOS DE OUTROS SETORES E SOBRETAXAS UNIVERSAIS

Os ministros das finanças podem projetar sobretaxas de outros setores ou clientes existentes, para mobilizar fundos adicionais para facilitar o acesso universal aos serviços de água e saneamento.

Países e regiões de grande atividade turística exploraram o uso de impostos ambientais cobrados aos turistas para apoiar o financiamento do saneamento e a gestão de resíduos sólidos. Outros países introduziram taxas sobre os consumidores para apoiar o setor.

## ARGENTINA

### Sobretaxa ambiental universal

Após a renegociação do contrato de concessão de água em Buenos Aires, em 1997, a «tarifa de infraestrutura», aplicada a novos utilizadores e inacessível a muitos, foi substituída por uma taxa bimestral de «Serviço Universal e Melhoria Ambiental» (SUMA), que todos os consumidores podem pagar.

Parte do custo foi para suprir as lacunas de financiamento para os prestadores de serviços e parte foi para o financiamento de projetos ambientais. A mudança foi inicialmente impopular entre os consumidores existentes (principalmente de classe média), que viram as suas contas subirem, mas a introdução do SUMA resultou numa redução significativa das taxas de ligação de serviço. Juntamente com pagamentos parcelados sem juros ao longo de cinco anos, o SUMA veio tornar as ligações muito mais acessíveis para famílias de baixo rendimento e permitiu o aumento constante do número de novas conexões.

Fonte: Banco Mundial<sup>(65)</sup>

### ÁREA DE APOIO 3: AUMENTAR O FINANCIAMENTO INTERNO REEMBOLSÁVEL

O financiamento comercial será, na maioria dos casos, mais dispendioso do que as fontes de financiamento com as quais o setor conta até o momento. Estas fontes são predominantemente subvenções e financiamentos a taxas favoráveis em moeda forte de doadores e governos. Esta secção aborda a mobilização do financiamento interno como estratégia para evitar o risco cambial, que pode causar o colapso de uma concessionária se as taxas de câmbio se alterarem de forma desfavorável.<sup>(66, 67)</sup> Também ajuda os países a reduzir a dependência da ajuda externa.

*Em países com instituições e regulamentação adequadas, os ministros das finanças podem tomar medidas para aumentar o novo financiamento interno (ou seja, financiamento reembolsável ou financiamento de mercado).<sup>(68)</sup> Dentro dos limites do seu espaço fiscal, os ministros das finanças podem permitir empréstimos por parte dos prestadores de serviços e/ou instituições governamentais descentralizadas, e podem facilitar o mercado de financiamento interno reembolsável.<sup>(34)</sup>*

Embora o acesso ao financiamento comercial seja essencial para alcançar os ODS, para os custos adicionais dos empréstimos manterem acessíveis, esses custos mais altos de financiamento terão de ser compensados por uma maior eficiência, mais subsídios, tarifas mais altas ou uma combinação de todas.

*Os governos podem implementar as iniciativas descritas nesta secção para amenizar o impacto do acesso ao financiamento de mercado, combinando financiamento de mercado com financiamento a taxas reduzidas e/ou reduzindo o nível de risco para os credores, atraindo assim melhores condições de financiamento.*

### UTILIZAR GARANTIAS PARA REDUZIR O RISCO E MOBILIZAR FINANCIAMENTO PRIVADO INTERNO

As garantias de crédito «incentivam os empréstimos, reduzindo as perdas que um credor sofre quando um tomador deixa de pagar ou reduzindo o risco de incumprimento de um empréstimo. Foram projetadas para dar aos credores comerciais maior confiança para emprestar a novos setores e podem incentivar mais empréstimos, estender os prazos definidos e reduzir os requisitos das garantias. As garantias geralmente cobrem parte do risco (garantia parcial de crédito) impondo muitas vezes uma taxa e alguns requisitos ou compromissos do projeto».<sup>(69)</sup>

As garantias podem atrair novos credores para o mercado e facilitar taxas de juros mais baixas ou prazos mais longos aos credores existentes. Podem melhorar a acessibilidade dos financiamentos, reduzindo o seu impacto nos requisitos de recuperação de custos sobre uma empresa de serviços públicos.<sup>(70, 71)</sup>

## FILIPINAS

### Fundo Renovável da Água e uma nova estrutura de financiamento unificado

O Fundo Renovável para Água das Filipinas (PWRF), criado em 2008 com o apoio da USAID e da JICA (Agência de Desenvolvimento do Japão), fornece um argumento convincente para o financiamento misto para ajudar a expandir os serviços de água e saneamento. O PWRF ajudou os fornecedores de serviços de água a mobilizar financiamento de bancos comerciais locais num momento em que os recursos públicos eram altamente insuficientes. Em 2014, foram mobilizados mais de 234 milhões de USD em empréstimos para 21 projetos de água e saneamento, com cerca de 60% do financiamento mobilizado proveniente de bancos privados. O fundo beneficiou cerca de seis milhões de pessoas com sistemas de abastecimento de água e de águas residuais novos ou melhorados.

O PWRF concedeu empréstimos a unidades do governo local e a distritos de água com financiamentos a taxas reduzidas provenientes da JICA através do Banco de Desenvolvimento das Filipinas, combinando-os com fundos de bancos comerciais privados nacionais e fundos públicos nacionais.

As garantias desempenharam um papel essencial na estruturação do PWRF, com o empréstimo a taxas reduzidas da JICA ao DBP apoiado por uma garantia soberana do Departamento de Finanças do Governo das Filipinas e os bancos privados parcialmente garantidos pela Local Government Unit Guarantee Corporation, um terceiro privado fiador da parte, que por sua vez foi apoiado por uma garantia parcial da Autoridade de Crédito para o Desenvolvimento (DCA) da USAID. No total, a DCA concedeu quase 5 milhões de USD em garantias, o que ajudou

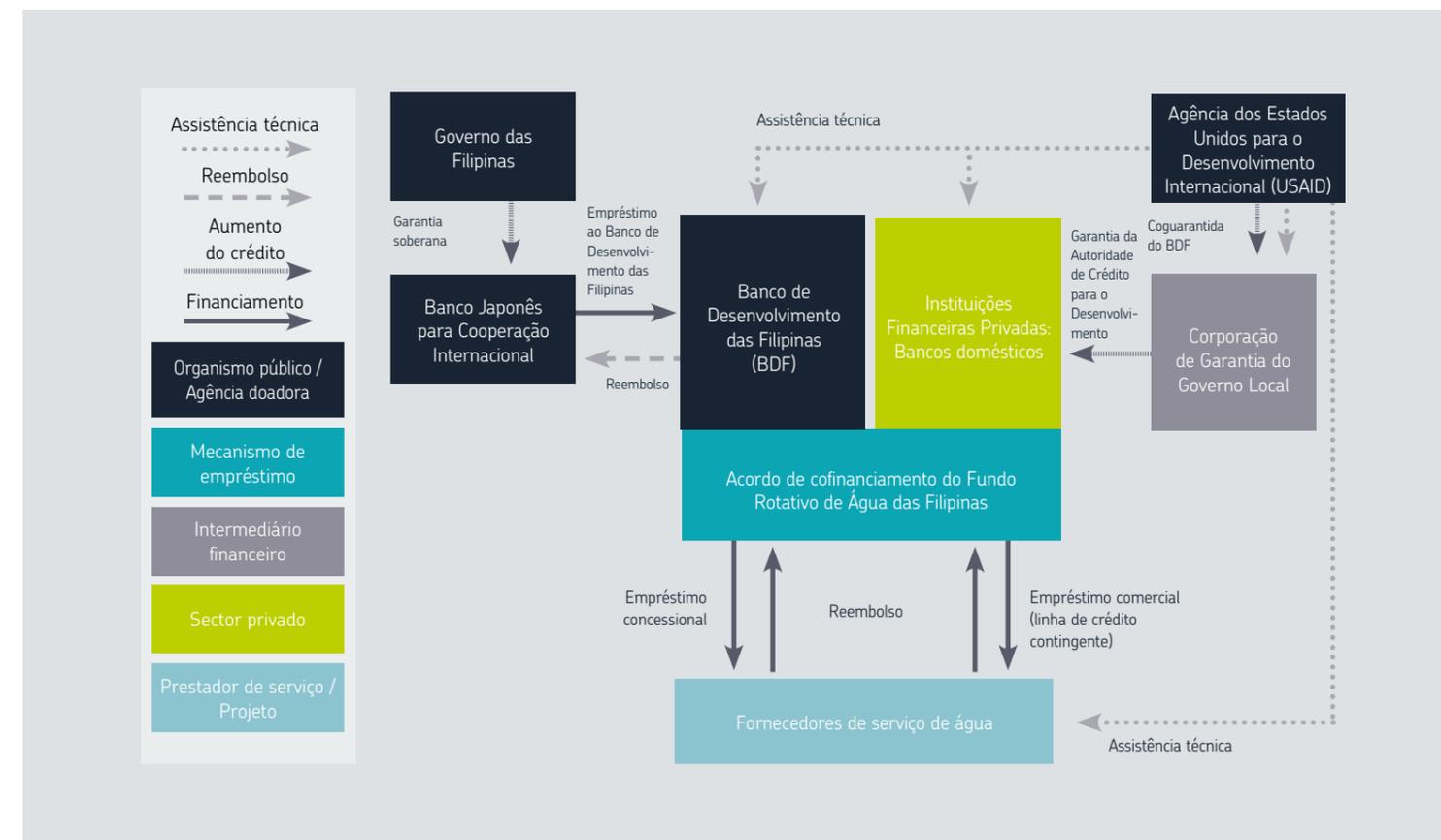
a reduzir a exposição ao risco de crédito dos bancos comerciais e aumentou a confiança para emprestar, ainda que seletivamente, a prestadores de serviços de água com crédito. Outra característica fundamental deste instrumento é a cobertura do risco de liquidez fornecida por meio de uma linha de crédito em stand-by, com uma característica de retirada oferecida aos mutuários que não podiam pagar empréstimos por períodos curtos. Esse recurso ajudou a aumentar o período de 7 para 15 anos ou, em alguns casos, ainda mais

A USAID forneceu assistência técnica, um componente crítico do PWRF, ao Banco de Desenvolvimento das Filipinas e aos bancos comerciais locais para aumentar a capacidade de avaliar os projetos de WASH, bem como os riscos e oportunidades. Isso facilitou a aprovação de pedidos de empréstimo para WASH e acelerou os desembolsos. A USAID também prestou assistência técnica aos prestadores de serviços de água para melhorar a governança e a capacidade e para rever os estudos de viabilidade do projeto que ajudaram a melhorar a capacidade bancária. O montante total da assistência técnica da USAID por sete anos foi de 6,8 milhões de USD e o empréstimo total da JICA ao Banco de Desenvolvimento das Filipinas totalizou 67,8 milhões de USD a partir de 2017.

O PWRF beneficiou bastante da coordenação eficaz entre os doadores JICA e USAID e ajudou a esclarecer os papéis e responsabilidades de cada parte. A liderança sénior da USAID e da JICA dirigiu discussões com os ministros relevantes do governo e participou de todas as reuniões do comité diretor, sinalizando a importância da iniciativa a todas as partes envolvidas. O último ano em que o empréstimo da JICA foi utilizado foi em 2017, marcando o final do PWRF, mas o seu legado permanece na «Unified Financing Framework», a política abrangente de financiamento das Filipinas para o setor da água.

Abaixo está um fluxograma que ilustra como o PWRF foi organizado:

Fontes: Banco Mundial<sup>(72)</sup> e USAID<sup>(73)</sup>



## MELHORAR O DESEMPENHO DO SETOR AVALIANDO A FIABILIDADE DE CRÉDITO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS

Poucos países de baixo e médio rendimento desenvolveram já sistemas de classificação de crédito que possam fornecer aos potenciais investidores uma base para determinar se uma entidade de empréstimo WASH é digna de crédito.

*Os ministérios responsáveis pelo financiamento poderiam apoiar a introdução de classificações de crédito de prestadores de serviços para ajudar a melhorar o entendimento das oportunidades de empréstimos. Juntamente com outras abordagens descritas nesta Secção, isto teria potencialmente um efeito catalítico.*



## INDONÉSIA

### Programa de financiamento baseado em resultados para melhorias de eficiência

Financiado pelo Banco Mundial, o «Projeto Nacional de Abastecimento de Água Urbana» da Indonésia (NUWAS) apoiou o estabelecimento de uma estrutura abrangente para o desenvolvimento nacional do abastecimento urbano de água. O projeto trabalhou com o governo central da Indonésia para projetar uma maneira estruturada e sistemática de ajudar os governos locais (GL) e as concessionárias de serviços públicos a melhorar a sua prestação de serviços de abastecimento de água.

Cerca de 400 governos e serviços públicos-alvo foram classificados em cinco grupos, de acordo com o seu desempenho (veja abaixo). Um pacote de apoio adaptado às necessidades de cada grupo foi fornecido, procurando elevar o fornecedor de serviços à categoria de apoio seguinte e com o objetivo final do utilizador poder aceder prontamente a fontes de financiamento não públicas. A abordagem de financiamento usa uma combinação de subvenções baseadas no desempenho e subvenções equivalentes para disponibilizar fortes incentivos às concessionárias de serviços públicos.

À medida que uma concessionária avança em capacidade (passa de 1 para 5 no gráfico abaixo), a combinação de fundos evolui. As subvenções plenas, conhecidas como subvenções sementes, dão lugar a subsídios baseados no desempenho, que só libertam os fundos mediante a comprovação dos resultados. As subvenções baseadas no desempenho dão lugar a subvenções equivalentes, que não são concedidas até que a concessionária identifique o credor comercial para corresponder ao valor da concessão. Quando uma concessionária chega ao Grupo 5, recebe apenas uma subvenção equivalente e deve obter metade das suas necessidades de um credor comercial. Esse processo de evolução de 1 para 5 tem como objetivo desenvolver a capacidade, o conforto e a confiança das concessionárias que solicitam empréstimos comerciais.

A partir de 2019, 15 concessionárias estavam em processo de celebração de acordos e muitas delas buscam subvenções equivalentes com custos totais de investimento estimados em mais de 600 milhões de USD. O programa facilita soluções de financiamento comercial na Indonésia capacitando as concessionárias de serviços públicos de modo a melhorarem a sua reputação de crédito. Outras concessionárias procuram combinar subvenções equivalentes com o financiamento junto dos bancos comerciais locais.

Fonte: Banco Mundial<sup>(57)</sup>

### MELHORIA GRADUAL E CONTÍNUA

PRESTADORES DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO GRUPO 1	PRESTADORES DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO GRUPO 2	PRESTADORES DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO GRUPO 3	PRESTADORES DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO GRUPO 4	PRESTADORES DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO GRUPO 5
		Concessão equivalente Para encorajar e aproveitar o financiamento público	Concessão equivalente Para encorajar e aproveitar financiamento não-público	Concessão equivalente Para encorajar e aproveitar financiamento não-público
	Concessão baseada no desempenho Para melhorar o desempenho e aumentar a cobertura do serviço	Concessão baseada no desempenho Para melhorar o desempenho e aumentar a cobertura e expansão de serviços	Concessão baseada no desempenho Para melhorar o desempenho, aumentar a cobertura do serviço, e expandir as áreas de serviço	
Concessão inicial Para aumentar a cobertura do serviço e melhorar o desempenho	Concessão inicial Para aumentar a cobertura do serviço	Concessão inicial Para alcançar o padrão mínimo de serviço		
Assistência técnica (AT) e de desenvolvimento de competências (DC) Competências básicas	TA e CB Competências em operação e gestão	TA e CB Competências em operação e gestão	TA e CB Competências avançadas e inovação	TA e CB Competências avançadas e inovação

## QUÊNIA

### Classificações não oficiais de crédito sobre as concessionárias para atrair financiamento interno e externo

O regulador queniano, WASREB, colaborou com o Banco Mundial para desenvolver um mecanismo para avaliar a capacidade creditícia das concessionárias. Em 2011, dada a inexistência de classificações de crédito formais por agências credenciadas, foram publicadas classificações de crédito informais para 43 concessionárias quenianas, o que deu aos mutuários e credores uma visão objetiva da capacidade creditícia e do risco. Treze concessionárias receberam classificações de *investment-grade* e outras 16 foram classificadas como *near-investment*. Juntamente com o relatório de impacto do WASREB, que documenta o desempenho do setor de serviços de água do Quênia, as classificações forneceram às concessionárias uma ferramenta de diagnóstico para identificar áreas de melhoria.

O regulador fez uma classificação de crédito informal subsequente em 2015 e comprometeu-se a repetir essas classificações regularmente a nível interno. Ajudou a informar os processos de tomada de decisão dos credores comerciais que usam os rankings para fazer empréstimos a empresas de serviços públicos. A partir de 2019, havia cerca de 50 projetos com empréstimos comerciais no valor de 25 milhões de USD e mais de 250.000 beneficiários de serviços novos ou melhorados. As concessionárias dignas de crédito são incentivadas a pedir empréstimos para investimentos, dado que as taxas de reembolso também são excelentes, com financiamento e apoio técnico provenientes de várias fontes (USAID, KfW, DGIS).

Um resultado interessante em termos de eficácia e direcionamento da ajuda é que uma agência bilateral negou uma subvenção a uma região do Quênia que tinha solicitado financiamento, porque o relatório mostrou claramente que a concessionária tinha robustez financeira, muita liquidez e capacidade de contrair um empréstimo. Os fundos foram canalizados para outro município que necessitava mais de apoio financeiro.

Fonte: Banco Mundial<sup>(74)</sup>

## TRABALHAR COM PATROCINADORES PRIVADOS PARA OBTER FINANCIAMENTO

As parcerias público-privadas (PPPs) podem mobilizar capital privado e financiamento de mercado para investir no setor e pagar empréstimos através de acordos de longo prazo. Podem ser concessões para redes existentes ou contratos BOT (construir-operar-transferir) para novos ativos. As PPPs nem sempre exigem empréstimos pela entidade pública, se esta for digna de crédito ou se as receitas do projeto puderem ser suficientemente circunscritas.<sup>(75)</sup> As PPPs também podem trazer benefícios de inovação e tecnologia, como no caso dos projetos de dessalinização e reutilização da água que têm sido usadas amplamente e com sucesso no Oriente Médio.

As PPPs têm, no entanto, uma reputação mista no setor da água e saneamento,<sup>(76, 77, 78)</sup> em particular quando tentam solucionar problemas das concessionárias de serviços públicos num curto período de tempo ou quando os riscos do projeto não foram bem atribuídos. Contudo, existem exemplos de PPPs bem-estruturadas e bem-sucedidas no setor.<sup>(79, 80, 81)</sup>

*O sucesso das abordagens nesta secção requer um setor que possua um ambiente favorável forte e PPPs existentes bem-estruturadas. Em muitos países, as PPPs mobilizaram novas fontes de financiamento e obtiveram os resultados esperados. São uma opção a ser considerada pelos ministros das finanças.*

## ÍNDIA

### Investimentos do setor privado no tratamento de águas residuais

O governo da Índia e o Banco Mundial desenvolveram um modelo de PPP de anuidade híbrida, a fim de atrair investimentos do setor privado para o tratamento de águas residuais e reduzir a poluição no rio Ganges. Ao abrigo da parceria, o operador privado projeta, constrói, financia e opera as estações de tratamento durante 15 anos. O governo financia até 40% do custo da construção, por fases de acordo com os marcos da construção. Os 60% restantes são financiados pelo operador privado e depois reembolsados através do pagamento de anuidades durante o período de operações, além de pagamentos operacionais baseados no desempenho. Esse modelo inovador de anuidade híbrida foi ampliado para todas as cidades da bacia do Ganges, envolvendo 24 contratos, e deve mobilizar 400 milhões de USD em financiamento do setor privado.

Fonte: Banco Mundial<sup>(82)</sup>

## RUANDA

### Abastecimento generalizado de água na cidade de Kigali através de um mecanismo de financiamento de PPP

A cidade de Kigali tem mais de um milhão de habitantes e este número está a aumentar. Esse crescimento populacional, juntamente com as mudanças climáticas (escassez de água durante a estação seca e inundações na estação das chuvas) estão entre as principais pressões sobre o abastecimento de água na cidade.

Para começar a enfrentar o desafio que isso representa, o Governo do Ruanda deu prioridade ao setor de abastecimento de água, estabelecendo uma meta ambiciosa de fornecer serviços básicos de água universais até 2024, conforme refletido na «Estratégia Nacional de Transformação» (NST).

Entre os vários projetos de abastecimento de água que estão a ser implementados em todo o país, o governo do Ruanda assinou uma PPP com a empresa METITO, para fornecer água potável à cidade de Kigali. A PPP está a ser implementada com base no modelo FBOT: financiamento, construção, operação e transferência. A METITO pagou os custos da construção da infraestrutura com capital próprio e recuperará o custo do investimento através de um contrato de concessão de 25 anos, durante o qual fornecerá água a uma taxa acordada com o regulador nacional (RURA).

O projeto fornecerá 40.000 m<sup>3</sup> de água por dia, e o seu investimento total é de cerca de 60 milhões de USD, com o património total da METITO orçado em 19,4 milhões de USD e a dívida em 40,6 milhões de USD, resultando numa relação dívida/capital de 68:32. A concessão terminará em 2044.

Fonte: Banco Mundial<sup>(83)</sup>

## FORTALECER OS MERCADOS FINANCEIROS USANDO 'FUNDOS DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL' OU OS FUNDOS RENOVÁVEIS DO SETOR

Os fundos de desenvolvimento municipal (MDFs na sigla inglesa) são criados pelos governos nacionais que os emprestam às autoridades locais para o desenvolvimento da infraestrutura. Esses tipos de fundos são considerados um ponto de entrada para a criação de sistemas a nível municipal que podem, eventualmente, contrair empréstimos no mercado de capitais local ou internacional. Ao disponibilizar empréstimos para projetos identificados pelas autoridades locais, os MDFs usam critérios semelhantes aos bancos multilaterais ou regionais de desenvolvimento, mas conseguem financiar projetos menores a um nível mais local.

Mais de 60 países criaram MDFs, geralmente apoiados por agências internacionais. Exemplos incluem o Serviço Nacional de Desenvolvimento Urbano da Bolívia; Findeter da Colômbia; Banco de Desenvolvimento das Aldeias da Jordânia; Fundo de Equipamento Comunitário de Marrocos, Fundo de Desenvolvimento da Cidade do Nepal; Gabinete do Fundo de Desenvolvimento Municipal das Filipinas; Fundo do Senegal para as Comunidades Locais; Fundo de Empréstimos para Governos Locais do Sri Lanka e Fundos de Investimento para o Desenvolvimento Local do Vietname.<sup>(84)</sup>

*Os fundos municipais de desenvolvimento são uma opção para os ministros de finanças e para os ministérios competentes quando o objetivo principal é fortalecer a capacidade técnica do governo local e dos especialistas para avaliar projetos. No entanto, até o momento, só conseguiram cobrir os fundos com financiamento comercial em países de rendimento médio e alto.*

Existem dois tipos de modelos de MDF: funcionam ora como substitutos dos subsídios governamentais às autoridades locais ou como uma ponte para os mercados privados de crédito.<sup>(85)</sup> No primeiro modelo, financiado por doadores e pelo governo nacional, os empréstimos são concedidos à autoridade local a taxas de reduzidas, geralmente em conjunto com empréstimos e doações subsidiados (novamente, de doadores e/ou governo central). Isso ajuda a estimular um mercado de financiamento interno e inicia as autoridades locais nos empréstimos municipais. Como o mercado é relativamente fraco, o MDF pode procurar incorporar prioridades de investimento do governo central ou estatal e trabalhar com a autoridade local para garantir uma preparação forte do projeto.

No segundo modelo de ponte para os mercados de crédito privado, o MDF trabalha para fortalecer os setores municipal e financeiro no apoio às transações entre o setor privado e os municípios.

Dentro dessa estrutura, o MDF tende a emprestar a taxas de juros de mercado e trabalha com bancos comerciais e outros credores do setor privado nas suas decisões de financiamento. Além disso, o MDF geralmente exige que os credores privados assumam o risco de crédito dos empréstimos municipais, para ajudar o município a desenvolver um histórico de crédito..

## REPÚBLICA CHECA

### Fundos e garantias municipais para os municípios

Na República Checa, o fundo de desenvolvimento municipal (MDF) contrai empréstimos em mercados internacionais com garantia soberana e empresta-os a bancos comerciais nacionais, que depois emprestam aos municípios. Para que uma transação aconteça, um município deve realizar toda a identificação e preparação do projeto, enquanto os bancos comerciais realizam a análise de crédito e aceitam o risco de pagamento. Enquanto isso, o MDF confirma a capacidade creditícia dos bancos comerciais a quem empresta e disponibiliza capital a vários bancos para promover a concorrência.

Fonte: Banco Mundial<sup>(85)</sup>

Os financiamentos dedicados ao setor da água e saneamento podem ser estruturados como financiamentos a fundo perdido ou fundos renováveis, dependendo dos objetivos. Um fundo de amortização desembolsa uma parte do seu capital todos os anos por um período definido até que ele desça para zero. Um fundo renovável é reabastecido ou aumentado regularmente, geralmente através de taxas, impostos ou emolumentos.

Esses fundos são frequentemente criados para fins sociais, como parte de uma reforma mais ampla do setor. Essas abordagens e mecanismos destinam-se a apoiar municípios e empresas de serviços públicos com uma configuração que permita que os fundos sejam desembolsados de forma mais rápida e flexível do que os fundos disponibilizados pelo processo orçamentário.

*Os fundos nacionais, quando aplicados em setores pouco preparados, que estejam ainda em processo de reforma, enfrentam desafios semelhantes aos enfrentados pela proliferação de outros fundos: falta de projetos ou canais "bons" para desembolsar o dinheiro.*

## BULGÁRIA

### Fundo Renovável Nacional FLAG

O fundo renovável nacional FLAG da Bulgária foi estabelecido em março de 2007 pelo Conselho de Ministros, com financiamento oriundo do orçamento nacional. O objetivo é prestar assistência financeira aos municípios e fazer isso atraindo o máximo de financiamento possível dos Fundos Estruturais e de Coesão da UE.

O FLAG é uma entidade independente com estatuto de empresa comercial (sociedade por ações). Está estruturado como um mecanismo renovável para financiar o desenvolvimento e a implementação de projetos econômica e financeiramente viáveis na área de infraestrutura municipal, incluindo da água e saneamento, e para apoiar a capacidade administrativa dos municípios com o objetivo de atrair fundos da UE.

O FLAG foi projetado como um mecanismo financeiro para garantir que os fundos estejam disponíveis para os municípios quando estes precisarem, quando desenvolvem propostas de projetos ou projetos com financiamentos aprovados no âmbito dos programas operacionais cofinanciados pela UE. Em 2016, o patrimônio total do grupo, incluindo capital social, reservas e lucros acumulados, totalizou 99 milhões de BGN, equivalente a aproximadamente 56 milhões de USD.

Fonte: FLAG<sup>(86)</sup>

## APOIAR A PRÓXIMA GERAÇÃO DE ABORDAGENS DE MICROFINANÇAS

Um método de criação de mercado que está a ganhar força é o incentivo de uma indústria de microfinanças dedicada a mobilizar financiamento interno privado para acesso a água e saneamento de possíveis consumidores. Essas famílias são normalmente dispensadas como incapazes ou não estão dispostas a pagar, requerendo apoio do governo ou de um doador. No entanto, a análise indica que os pobres geralmente pagam mais do que as pessoas mais ricas para satisfazer as suas necessidades básicas,<sup>(87)</sup> sugerindo que a barreira real é a disponibilidade de ferramentas financeiras relevantes e serviços adaptados. A indústria de microfinanças como um todo registou um crescimento sólido nos últimos anos e teve uma carteira de crédito estimada em 121,4 mil milhões de USD em 2018,<sup>(88)</sup> que sugere muito potencial se este for efetivamente aproveitado.

Uma característica definidora das famílias de baixos rendimentos é a falta de poupança para investir nos custos iniciais. O microcrédito pode, portanto, ser uma ferramenta poderosa para resolver esse problema: fornecendo um canal para muitas famílias pobres financiarem o seu próprio acesso. Isso pode levar a um uso mais direcionado e, portanto, mais eficiente dos escassos fundos públicos.

*O microfinanciamento não é apenas uma boa técnica isolada para mobilizar recursos domésticos, mas também um forte complemento a programas de subsídios governamentais.*

### OS POBRES NÃO SÃO IGUALMENTE POBRES



Fonte: Water.org

O governo da Índia incentivou o recurso ao microfinanciamento nas suas diretrizes formais da campanha nacional de limpeza, 'Swachh Bharat Abhiyan' (SBM). Uma característica notável da SBM foi um "incentivo" de 12.000 INR (aproximadamente 171 USD) para famílias elegíveis para a construção de casas de banho, sendo que as famílias normalmente têm de fornecer provas de construção antes de aceder aos fundos. Nesses casos, o microcrédito serviu de ponte para as famílias pobres. Ainda mais recentemente, o Governo da Etiópia destacou o papel fundamental das microfinanças na Fase II do seu programa nacional 'OneWaSH', lançado em março de 2019.

Os governos podem ter programas de concessão que combinam microfinanças para garantir a acessibilidade dos empréstimos. Muitos orçamentos nacionais esforçam-se para direcionar o financiamento bancário para setores de desenvolvimento definindo setores-chave como «prioritários». Uma análise de 2015 aos «empréstimos a setores prioritários» na Índia levou à inclusão da água e saneamento nessa designação pela primeira vez, o que aumentou o apelo aos empréstimos para o setor da água a bancos comerciais e instituições de microfinanças (IMFs) como intermediárias dos empréstimos que por seu turno emprestam a famílias de baixos rendimentos. Outros governos poderiam seguir o exemplo e preconizar a importância de estabelecer mercados para água e saneamento a nível local.

## FILIPINAS, PERU, QUÊNIA E ÍNDIA

### A influência de um ambiente favorável nas microfinanças

A Water.org apoia o mercado das microfinanças para a água e saneamento desde 2004, incentivando instituições financeiras de 13 países a oferecer microempréstimos especializados em WASH. A formação e a assistência técnica são fornecidas juntamente com uma pequena subvenção destinada à preparação e monitorização de projetos para instituições dispostas a experimentar empréstimos dedicados a WASH, mas não é disponibilizado capital para empréstimos. Esses incentivos são necessários para lidar com a relutância que as instituições geralmente sentem em emprestar para um bem social, em vez de algo que elas percebem como gerador de rendimento. Da mesma forma, as empresas de serviços públicos geralmente precisam ser incentivadas a expandir as suas redes para comunidades de baixo rendimento e a criar planos de pagamento para acomodar as famílias mais pobres.

Esses esforços colheram resultados impressionantes globalmente: em dezembro de 2019, mais de 2,2 mil milhões de USD foram desembolsados por meio de empréstimos, representando acesso a água e saneamento para quase 28 milhões de pessoas, 89% das quais vivem com 6 USD por dia ou menos.<sup>ii</sup>

	Filipinas	Peru	Quênia	Índia	Global
Ano de início WaterCredit	2014	2014	2005	2004	2004
Número de empréstimos	886.323	678.368	948.075	2.681.517	6,1 milhões
Valor dos empréstimos (USD)	157.350.165	811.586.283	409.138.616	556.325.664	2,2 mil milhões
Pessoas alcançadas	3.842.030	2.466.007	3.749.795	11.951.270	28 milhões
Montante médio do empréstimo (USD)	178	1.196	432	207	365
Mutuários do sexo feminino	98%	42%	55%	99%	87%
Taxa de juros média	19%	28%	15%	18%	24%

Do ponto de vista de um ambiente favorável, a campanha nacional de saneamento da Índia de cinco anos pode ser considerada um fator essencial para o sucesso demonstrável do país, fornecendo dados que abriram o caminho para o microcrédito em países como o Peru e as Filipinas.

Por outro lado, no Quênia, a política financeira prejudicou o potencial. Em setembro de 2016, o Parlamento limitou as taxas de juros exigíveis pelos bancos a não mais de 4% da taxa base estabelecida pelo Banco Central do Quênia. Embora esse limite tenha sido estabelecido com a boa intenção de reduzir o custo dos empréstimos, na prática esse limite impedia os bancos de cobrir os seus custos operacionais, sem falar em obter receita, levando a um colapso do crédito para as micro, pequenas e médias empresas, reduzindo ainda a intermediação financeira.<sup>(89)</sup> O limite foi levantado em novembro de 2019.

Fonte: Water.org

<sup>ii</sup> Embora a maioria do trabalho da Water.org tenha como alvo famílias com menos de 3,10 USD por dia (ajustado pela Paridade do Poder de Compra), a sua meta aumentou para os 6 USD por dia, devido ao crescimento projetado para as economias emergentes da América Latina.

## ÁREA DE APOIO 4: INCENTIVAR A INOVAÇÃO E NOVAS ABORDAGENS MENOS EXPLORADAS

O setor de água e saneamento também deverá ser mais criativo e ambicioso se quiser preencher a lacuna de financiamento necessária nos próximos anos. Da mesma forma que os governos usam subsídios para desenvolver novos mercados para uma economia mais verde, como painéis solares e carros elétricos, os fundos públicos podem ser aproveitados para ajudar a criar relações de empréstimos em moeda local que atualmente não existem.

Atualmente, essas relações domésticas são raras no setor de água e saneamento por várias razões. Em primeiro lugar, a falta de colaboração estabelecida até o momento significa que credores e mutuários não se entendem. Mas há outras razões mais práticas, como a falta de mercados financeiros e reguladores, excesso de verificações de empréstimos sub-soberanos e posse inadequada devido à alta percepção de risco.<sup>(90)</sup>

*Os ministros das finanças e do setor podem colaborar para explorar e desenvolver abordagens de financiamento novas e inovadoras. As finanças públicas podem estimular a criação de um novo segmento de mercado, usando fundos públicos para subsidiar a criação de mercado (um benefício a longo prazo), em vez de subsidiar a criação de ativos (um benefício único). No entanto, novas abordagens e oportunidades de financiamento só devem ser tentadas juntamente com iniciativas para reformar o setor, demonstrando um progresso visível na melhoria da saúde financeira do setor e das suas instituições.*

## ACESSO A FUNDOS CLIMÁTICOS

O Green Climate Fund (GCF) é um fundo global criado para apoiar os esforços dos países de baixo e médio rendimento para limitar ou reduzir as suas emissões de gases de efeito estufa e adaptar-se às mudanças climáticas. O objetivo é fornecer quantias iguais de financiamento para mitigação e adaptação.<sup>(91)</sup> O GCF lançou a sua mobilização inicial de recursos em 2014 e reuniu compromissos no valor de 9,3 mil milhões de USD.

Estes foram complementados em outubro de 2019 por 27 países que se comprometeram a contribuir para o GCF com o equivalente a mais 9,78 mil milhões de USD nos próximos quatro anos.

O financiamento total aprovado do GCF para todos os 111 projetos até o momento é de 5,21 mil milhões de USD. No entanto, os projetos de água e saneamento captaram apenas 328 milhões de USD em financiamento para oito projetos – pouco menos de 6% do total.

Parece haver oportunidades importantes para mobilizar subsídios do GCF para melhorar a eficiência energética no setor (mitigação) e enfrentar os impactos de muita ou pouca água como resultado das mudanças climáticas (adaptação). Entre os projetos de água e saneamento financiados pelo GCF aprovados até o momento, a grande maioria recebeu doações entre 50% e 75% dos custos totais de investimento – uma proporção significativa para países de baixo e médio rendimento.

## QUIRIBATI

### Projeto de abastecimento de água de Tarawa do Sul

Quiribati é um dos países mais remotos e menos desenvolvidos do mundo e enfrenta desafios significativos devido à sua vulnerabilidade às mudanças climáticas. O abastecimento de água de Tarawa do Sul depende quase inteiramente dos lençóis de água doce subterrâneos (onde a água doce fica acima da água mais salgada e densa); cuja qualidade e quantidade estão seriamente ameaçadas pelas fortes chuvas induzidas pelas mudanças climáticas e pela seca prolongada. Caso esses eventos extremos ocorram simultaneamente ou em rápida sucessão, podem reduzir o rendimento das lentes para zero – por períodos de até cinco anos. Diante disso, os lençóis não podem ser considerados a principal fonte de água no futuro. O projeto de abastecimento de água em Tarawa do Sul visa reduzir a vulnerabilidade climática de toda a população da região, disponibilizando um abastecimento de água confiável, seguro e resistente ao clima. O projeto deverá beneficiar 62.298 pessoas e requer um investimento total de 58 milhões de USD, dos quais 29,4 milhões de USD (50,7%) serão provenientes do GCF.

Fonte: Fundo Verde para o Clima<sup>(92)</sup>

## APROVEITAR O INVESTIMENTO INTERNACIONAL NÃO TRADICIONAL: OBRIGAÇÕES DE IMPACTO SOCIAL E OUTROS MÉTODOS

Obrigações de impacto social são contratos com o setor público, com contratos de pagamento por resultados que alavancam capital privado para obter melhores resultados sociais. O nome é um pouco enganador; não é um título 'tradicional' (por exemplo, com taxas de cupão e vencimentos definidos).

O reembolso e o retorno do investimento somente ocorrem se os resultados sociais desejados forem alcançados. Se os objetivos não forem alcançados, os investidores não recebem retorno nem reembolso do capital. Por não serem títulos tradicionais, não são afetados por riscos de taxa de juros ou outros riscos de mercado, mas estão sujeitos a riscos de incumprimento e inflação. Determinar a aparência de 'sucesso' para obrigações de impacto social também pode ser um desafio.

*As obrigações de impacto social são semelhantes aos investimentos privados numa start-up, mas, neste caso, a start-up é um programa do setor público e os investidores não estão apenas interessados no retorno financeiro, mas também no impacto social do investimento. Este é um novo tipo de veículo de financiamento que os ministros do setor podem explorar. As obrigações de impacto social podem ser uma maneira de arrecadar dinheiro para programas específicos do governo com empréstimos a taxas de juros mais baixas. Como o risco recai principalmente em quem investe o dinheiro, essa opção é de menor risco para o governo.*

As obrigações de impacto social são bastante novas. O primeiro título obrigações de impacto social foi emitido em 2010 pela Social Finance Ltd. Até agora, foram emitidos apenas pelo setor público, mas também poderiam ser emitidos por organizações privadas, por exemplo, como uma maneira de expandir a responsabilidade social corporativa.<sup>(93)</sup>

As obrigações de impacto social são apenas um tipo de mecanismo não tradicional para canalizar o investimento privado internacional no setor de água e saneamento.

Embora a complexidade de projetar esses mecanismos possa parecer desencorajadora, os intervenientes iniciais começam a mostrar resultados e a demonstrar como os esforços da primeira fase podem evoluir, num prazo relativamente curto, em oportunidades viáveis de mercado.

## CAMBOJA

### Primeiro fundo de impacto do desenvolvimento do saneamento

O governo do Camboja pretende eliminar a defecação a céu aberto até 2025, cinco anos mais cedo do que a meta dos ODS.

Em novembro de 2019, foi emitida a primeira obrigação de impacto social para o setor: quase 10 milhões de USD para retirar 1.600 aldeias em seis províncias da defecação ao ar livre até 2023, melhorando a saúde nas comunidades rurais, especialmente para as crianças.

A Stone Family Foundation fornece o investimento inicial (assumindo todo o risco), e USAID disponibiliza fundos até 10 milhões de USD, entregues somente quando os resultados são alcançados. O iDE é a ONG implementadora, recebendo o financiamento da Stone Family Foundation.

O vínculo de impacto foi facilitado com a orientação do Social Finance, que emitiu a primeira obrigação de impacto social em 2009.

Fonte: iDE<sup>(94)</sup>

## WATEREQUITY

### Alavancar investidores privados internacionais para aumentar o apetite doméstico pelo setor

A WaterEquity, incubada pela Water.org, fornece financiamento de dívida a instituições financeiras e empresas de água e saneamento no momento crítico em que a sua capacidade e apetite para aumentar a escala excede o financiamento que podem garantir localmente.

Atraindo vários investidores de todo o mundo, incluindo fundações, investidores institucionais, investidores de alto patrimônio líquido e os seus consultores, os fundos da WaterEquity investem num portfólio de instituições financeiras e empresas de alto desempenho em mercados emergentes para fornecer acesso a água e saneamento a famílias que vivem na pobreza.

Em 2014, a WaterEquity lançou o seu fundo inaugural de investimento de impacto inaugural, chamado WCIF1, um fundo de 11 milhões de USD que fornece capital de empréstimo a instituições de microfinanças de alto desempenho na Índia para dimensionar as suas carteiras de empréstimos de água e saneamento. Em abril de 2017, a WaterEquity entrou no mercado com um fundo de investimento de impacto de 50 milhões de USD (o WCIF3) para investir em instituições financeiras e empresas de água e saneamento na Índia, Indonésia, Camboja e Filipinas. O fundo visa atingir 4,6 milhões de pessoas com água potável ou saneamento ao longo do seu período de sete anos.

Para atrair financiamento adicional de investidores, o WCIF3 implantou uma estrutura de património em camadas, coberta por uma garantia de primeira perda de até 5 milhões de USD. O WCIF3 é único, pois utiliza várias linhas de empréstimo a juros reduzidos com e sem garantia para melhorar as atividades principais do fundo. O uso substancial de instrumentos combinados de mitigação de risco na estrutura de capital do WCIF3 permitiu ao fundo atender aos requisitos de retorno de risco da sua base de investidores.

Os empréstimos dos mutuários do WCIF3 geralmente têm um mandato de três anos e podem ser renovados por mais três anos. O primeiro grupo de mutuários conseguiu aumentar as suas carteiras de empréstimos para água e saneamento de menos de 2% iniciais dos seus negócios, para mais de 10% três anos depois.

Fonte: Water.org





## 4) REUNIR TUDO ISTO

As secções de abertura deste documento destacaram o fosso de financiamento que tem de ser suprido para cumprir a promessa de água e saneamento sustentável para todos até 2030. Os países comprometeram-se com as ambiciosas metas dos ODS e, no entanto, é improvável que o mundo as atinja, sem uma mudança fundamental na maneira como o setor da água e saneamento é governado e financiado.

Também está claro que está a ser desperdiçado precioso dinheiro público no setor neste momento: prestadores de serviços que não podem cobrir custos básicos e precisam de injeções financeiras regulares que prestam serviços precários; estruturas de subsídios ineficientes que incentivam abordagens de «construção-negligência-construção» e beneficiam os mais ricos; sistemas tarifários desadequados; sistemas de gestão financeira pública sem responsabilidade ou análises de desempenho.

Este manual mostra que não tem de ser assim. Fornece uma estrutura de quatro partes, dentro da qual os ministros das finanças e os seus homólogos do setor WASH podem organizar as suas atividades. É importante destacar as boas práticas e soluções viáveis sobre como os países podem enfrentar, e têm enfrentado esses desafios.

*O manual mostra como os ministros das finanças podem ter uma influência significativa nos setores da água e saneamento através da política financeira. A escolha de abordagens e o seu sucesso depende do setor financeiro local, do setor da água e saneamento, dos ministérios relevantes e, finalmente, do clima político geral para a reforma do setor.*

As áreas em que um ministro das finanças se deve concentrar e as ações a tomar para ajudar a melhorar a água e o saneamento no seu país dependem fortemente de quão preparado ou reformado esteja o setor existente. Os setores de água e saneamento geralmente podem ser descritos como estando numa de três categorias:

1. Se o setor **já estiver reformado** com boa governança e incentivos, os ministros das finanças poderão ajudar a incentivar os mercados financeiros que apoiam o desenvolvimento do setor, enquanto apoiam esforços contínuos para melhorar a eficiência.
2. Se o setor for **reformável** e estiver disposto a essa reforma, os ministros das finanças poderão apoiar essas reformas com incentivos financeiros para proporcionar melhor governança, eficiência e incentivar um acesso mais fácil ao financiamento do mercado.
3. Se **não for possível reformar** o setor como um todo, os ministros das finanças poderão fornecer apoio direcionado às partes que estão dispostas a melhorar (por exemplo, serviços urbanos nas cidades maiores) através de incentivos e subsídios bem projetados.

*O financiamento WASH terá maior impacto se for aplicado estrategicamente. Isso significa ser parte de um pacote mais amplo de reformas, visando melhorar a eficiência e a governança do setor e aumentar as fontes de provisão de fundos. Essa estratégia estabelecerá bases sólidas para gerar receitas suficientes de serviços WASH que possam pagar o financiamento contraído junto da banca comercial ao longo do tempo.*



## APELO À AÇÃO

A obrigação de adotar soluções que possam oferecer acesso universal a serviços sustentáveis de água e saneamento está, em primeira instância, nas mãos dos líderes políticos. Se essa liderança puder ser mobilizada, então este manual fornecerá a estrutura para considerar as ações que podem ser tomadas para enfrentar os desafios financeiros profundos do setor.

Os ministros das finanças, trabalhando ao lado dos ministros do setor da água e saneamento e outros ministros relevantes, podem criar um novo ambiente de financiamento. Um ambiente que reúna um conjunto de ações consistentes com a realização das ambições do seu governo e que reflitam as necessidades e esperanças do seu povo.

## AGRADECIMENTOS

Este manual foi escrito por Catarina Fonseca, Bill Kingdom, Victoria Delmon e Lesley Pories. Os autores gostariam de agradecer aos seguintes revisores e colaboradores:

Edward Abdurrahman, Ministério de Obras Públicas e Habitação Pública, Indonésia

Adriyanto, Ministério das Finanças, Indonésia

Rajesh K. Advani, Banco Mundial

Catarina de Albuquerque, SWA

Didier Allely-Fermé, consultor

Abhishek Anand, Water.org

Heather Arney, Water.org

Matt Austin, Water.org

Robert Bain, Programa Conjunto de Monitorização

Jessica Bernard, WaterEquity

Djooiro Bocoum, ponto focal nacional SWA

Sory Ibrahima Bouare, Organização Mundial da Saúde Mali

Fatoumata Maiga, Mali

Yaya Boubacar, Direção Nacional da Hidráulica do Mali

Tabalaba Boureima, Coligação Nacional da Campanha Internacional para a Água Potável e Saneamento

Heloise Chicou, consultora da SWA

Aissata Cisse, Direção Nacional da Assistência e Controlo das Poluições e Danos, Mali

Boubou Cisse, Primeiro Ministro e Ministro da Economia e Finanças, Mali

Moussa Cissoko, Célula de Planificação e Estatística do Setor da Água, Ambiente, Urbanismo e Domínio do Estado, Mali

Siddhartha Das, SWA

Alain Dembele, UNICEF Mali

Paul Deverill, DFID

Neil Dhot, AquaFed

Nadine Dulac Enabel, consultora

Genevieve Edens, WaterEquity

Andrés Escobar, ex-vice-ministro das Finanças da Colômbia

Lotte Feuerstein, Rede de Integridade da Água

José Tomás Frade, consultor

Housseini Amion Giiindo, Ministro do Meio Ambiente, da Assistência e Desenvolvimento Durable, Mali

Magdalene Goble, Water.org

Fiona Gore, Organização Mundial da Saúde

Sacha Greenberg, UNICEF Mali

Guy Hutton, UNICEF

Zantigui Boua Kone, Célula de Planeamento e Estatística do Setor da Água, Ambiente, Urbanismo e Domínio do Estado, Mali

Meredith Kummings, USAID/WASH-FIN

Maria Ella Lazarte, USAID/WASH-FIN

Greg Lesikow, iDE

Gigih Lubis, Indonésia

Yudha Mediawan, M.Desenv. Plan, Diretora de Desenvolvimento de Sistemas de Abastecimento de Água Potável, PUPR

Patrick Moriarty, IRC

Chreay Pom, Ministério do Desenvolvimento Rural, Camboja

M. Prasetyo, Ministério de Obras Públicas e Habitação Pública, Camboja

Juste Nancy, IRC Burquina Faso

Henry Northover, WaterAid

Alexandra Reis, SWA

Luís Rego, Euro Grupo

Virginia Roaf, SWA

Regina Rossmann, Convergence Blended Finance

Angie Saleh, SWA

Moumouni Sawadogo, consultor

Lisa Schechtman, USAID

Secretaria do Grupo de Trabalho Técnico sobre Saneamento e Higiene no Abastecimento de Água Rural, Camboja

Steve Sena, USAID/WASH-FIN

Michel Hamala SIDIBE, Ministério da Saúde e Assuntos Sociais, Mali

Muyatwa Sitali, SWA

Tom Slaymaker, Programa Conjunto de Monitorização

Stef Smits, IRC

David Strivings, Water.org

Fousseny Traore, WaterAid Mali

Tri Dewi Virgiyanti, Diretor de Urbanismo, Habitação e Assentamentos, BAPPENAS, Indonésia

Sambou Wague, Ministério da Energia e da Água, Mali

Thom Woodroffe, Sociedade da Ásia

# GLOSSÁRIO

Para fins de consistência e clareza na terminologia, enunciamos uma lista de termos, estabelecendo o significado pretendido no contexto deste documento.

**O financiamento misto** é definido pela OCDE e pelo Fórum Económico Mundial <sup>(95)</sup> como «o uso estratégico do financiamento do desenvolvimento e dos fundos filantrópicos para mobilizar fluxos de capital privado para mercados emergentes e de fronteira». Segundo Goksu et al. <sup>(95)</sup> o financiamento misto é o uso estratégico de impostos públicos, subsídios ao desenvolvimento e empréstimos a taxas reduzidas usado para mobilizar fluxos de capital privado para mercados em desenvolvimento.

**O financiamento comercial** é um financiamento reembolsável (geralmente um empréstimo) com uma taxa de juros determinada pelo mercado de capitais e não pelos governos e outros órgãos reguladores. Os bancos comerciais são os credores mais comuns do financiamento comercial. O financiamento da banca comercial é menos atraente do que os títulos, porque normalmente possui um prazo de vencimento mais curto (geralmente de 5 a 10 anos) e taxas de juros mais altas e mais voláteis.

**Financiamentos/empréstimos a taxas reduzidas** são empréstimos com taxas de juros mais baixas em comparação com os empréstimos disponíveis no mercado de capitais. Esse tipo de empréstimo possui prazos de vencimento mais longos do que os oferecidos por empréstimos comerciais e um período de carência de até 10 anos até que o empréstimo comece a ser reembolsado. <sup>(96)</sup>

**Recuperação de custos** mede até que ponto as taxas dos utilizadores e quaisquer outras contribuições diretas, por exemplo, trabalho voluntário, são adequadas para atender aos custos de serviço. A sustentabilidade financeira descreve até que ponto a sociedade como um todo (incluindo a sociedade internacional) contribui de maneira comprometida e de longo prazo para apoiar os serviços, seja através da recuperação total dos custos por meio de taxas dos utilizadores, seja através de uma combinação de taxas de utilizadores e contribuições da sociedade.

**Provisão de Fundos** quantias em dinheiro fornecidas por uma organização ou governo (ou clientes) com base num contrato. Estes são compostos principalmente pelos '3Ts': taxas, impostos e transferências (consulte a Secção 2).

**Financiamento** é um montante de capital ou a soma de dinheiro fornecida a uma organização com expectativa de reembolso. As organizações são responsáveis pelo pagamento do montante do capital juntamente com uma certa percentagem de juros. O financiamento pode ser comercial ou a taxas reduzidas (consulte a Secção 2).

**A ajuda externa ao desenvolvimento** (ODA na sigla inglesa) é definida pela OCDE como ajuda governamental que promove e visa especificamente o desenvolvimento económico e o bem-estar dos países em desenvolvimento.

**O financiamento reembolsável** refere-se ao financiamento que tem de ser reembolsado. Inclui: <sup>(90)</sup>

- Empréstimos comerciais ou a taxas reduzidas.
- Títulos. Trata-se de um instrumento de dívida comprado pelos investidores. Ao comprar um título, um investidor empresta dinheiro à entidade tomadora de empréstimo (que pode ser um governo, um município ou uma empresa) por um período definido, a uma taxa de juros variável ou fixa.
- Capital próprio. Um interesse de propriedade numa empresa. Os compradores de ações fornecem capital em troca de retornos esperados na forma de dividendos e aumento no valor das ações, os quais dependem do desempenho financeiro da empresa. As ações podem ser negociadas publicamente numa bolsa de valores ou ser de capital fechado.

**Tarifas** são definidas como as taxas e contribuições do utilizador. Incluem taxas recorrentes que os utilizadores pagam pelo recebimento de um serviço de água potável ou saneamento, como contas mensais de água. Também podem incluir contribuições feitas pelos utilizadores para o desenvolvimento da infraestrutura. <sup>(29)</sup>

**Impostos** são fundos arrecadados pelos governos nacionais ou locais através da base tributária, que são posteriormente gastos na prestação de serviços de água potável e saneamento. <sup>(29)</sup>

**Transferências** são pagamentos provenientes de fontes estrangeiras (como fundos de ajuda), assistência oficial ao desenvolvimento e contribuições filantrópicas privadas. <sup>(29)</sup>

## REFERÊNCIAS

1. Organização Mundial da Saúde (2012). «Global Costs and Benefits of Drinking-water Supply and Sanitation Interventions to Reach the MDG Target and Universal Coverage». Disponível em: [www.who.int/water\\_sanitation\\_health/publications/2012/globalcosts.pdf](http://www.who.int/water_sanitation_health/publications/2012/globalcosts.pdf)
2. OCDE (2018). «Financing Water: Investing in Sustainable Growth», en *Policy Perspectives, OECD Environment Policy Paper No. 11*. Disponível em: <https://www.oecd.org/water/Policy-Paper-Financing-Water-Investing-in-Sustainable-Growth.pdf>
3. UN-Water (2016). «Water and Sanitation Interlinkages Across the 2030 Agenda for Sustainable Development». Disponível em: <https://www.unwater.org/publications/water-sanitation-interlinkages-across-2030-agenda-sustainable-development/>
4. Instituto Internacional da Água de Estocolmo (2005). «Making Water a Part of Economic Development: The Economic Benefits of Improved Water Management and Services». Disponível em: <https://www.siwi.org/publications/making-water-a-part-of-economic-development-the-economic-benefits-of-improved-water-management-and-services/>
5. Goksu, A., et al. (2019). «Reform and Finance for the Urban Water Supply and Sanitation Sector». Banco Mundial. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/232591565365794189/Reform-and-Finance-for-the-Urban-Water-Supply-and-Sanitation-Sector>
6. OMS, UNICEF (2019). *Progress on Household Drinking Water, Sanitation and Hygiene 2000-2017: Special Focus on Inequalities*. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/329370>
7. OMS (2019). *UN-Water Global Analysis and Assessment of Sanitation and Drinking-Water (GLAAS) 2019 Report: National Systems to Support Drinking-Water, Sanitation and Hygiene, Global Status Report 2019*. Disponível em: [https://www.who.int/water\\_sanitation\\_health/publications/glaas-report-2019/en/](https://www.who.int/water_sanitation_health/publications/glaas-report-2019/en/)
8. Hutton, G. e Varughese, M. (2016). «The Costs of Meeting the 2030 Sustainable Development Goal Targets on Drinking Water, Sanitation, and Hygiene: Summary Report». Grupo Banco Mundial. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/23681/K8632.pdf?sequence=4>
9. Pories, L.; Fonseca, C.; e Delmon, V. (2019). «Mobilising Finance for WASH: Getting the Foundations Right», em *Water*, 11(11): 2425. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2073-4441/11/11/2425>
10. Resolução 64/292 da Assembleia Geral das Nações Unidas. Direito humano ao acesso à água potável e ao saneamento. (2010). Disponível em: [www.undocs.org/A/RES/64/292](http://www.undocs.org/A/RES/64/292).
11. Hutton G e Chase C. «Abastecimento de Água, Saneamento e Higiene», em *Injury Prevention and Environmental Health*, Eds Mock C, et al. (2017), Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento / Banco Mundial, capítulo 9. Disponível em: [www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK525207/](http://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK525207/)
12. van den Berg C e Danilenko A (2017). *Desempenho das concessionárias de água na África*. Banco Mundial. Disponível em: [openknowledge.worldbank.org/handle/10986/26186](http://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/26186)
13. Dinar A, Pochat V e Albiac-Murillo J (2015). *Water Pricing Experiences and Innovations*. Springer International Publishing.
14. Nações Unidas (2018). *Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6: Relatório de Síntese 2018 sobre Água e Saneamento*. Nações Unidas. Disponível em: [sustainabledevelopment.un.org/content/documents/19901SDG6\\_SR2018\\_web\\_3.pdf](http://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/19901SDG6_SR2018_web_3.pdf)
15. Análise do próprio autor, com base em níveis de cobertura disponíveis em [data.worldbank.org](http://data.worldbank.org) e padrões de gastos de governos na água de vários países e de várias fontes.
16. Conselho Económico e Social das Nações Unidas (2019). *Edição especial: Progresso em direção às metas de desenvolvimento sustentável*. (Relatório do Secretário-Geral). E / 2019/68. Disponível em: [undocs.org/E/2019/68](http://undocs.org/E/2019/68)
17. Dados compilados pelo Programa Conjunto de Monitorização para este documento.
18. WWAP (Programa Mundial de Avaliação da Água da UNESCO) (2019). *Relatório Mundial sobre o Desenvolvimento da Água das Nações Unidas 2019: Não deixar ninguém para trás UNESCO*. Disponível em: [en.unesco.org/themes/water-security/wwap/wwdr/2019](http://en.unesco.org/themes/water-security/wwap/wwdr/2019)
19. WaterAid (2019). Abaixo da superfície: O estado da água do mundo. Disponível em: [washmatters.wateraid.org/sites/g/files/jkxoof256/files/beneath-the-surface-the-state-of-the-worlds-water-2019-0.pdf](http://washmatters.wateraid.org/sites/g/files/jkxoof256/files/beneath-the-surface-the-state-of-the-worlds-water-2019-0.pdf)
20. Programa Conjunto de Monitorização (JMP), comunicação pessoal. Dados por país disponíveis em [washdata.org/data](http://washdata.org/data).
21. Mehta M and Knapp A (2004). *O desafio do financiamento do saneamento para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio*. Banco Mundial. Disponível em: [www.wsp.org/sites/wsp/files/publications/af\\_finsan\\_mdg.pdf](http://www.wsp.org/sites/wsp/files/publications/af_finsan_mdg.pdf)
22. Grupo Banco Mundial e UNICEF (2017). *Saneamento e Água para Todos: Como preencher o fosso de financiamento? Um Documento de Discussão*. Grupo Banco Mundial. Disponível em: [documents.worldbank.org/curated/en/788801493115299418/pdf/114545-WP-P157523-PUBLIC-SWA-Country-Preparatory-Process-Discussion-Paper-8-Mar-17.pdf](http://documents.worldbank.org/curated/en/788801493115299418/pdf/114545-WP-P157523-PUBLIC-SWA-Country-Preparatory-Process-Discussion-Paper-8-Mar-17.pdf)
23. Biswas A e Seetharam K (2008). «Alcançar a segurança da água na Ásia». Em *International Journal of Water Resources Development*, 24: 1, 145-176. Disponível em: [www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/07900620701760556](http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/07900620701760556)
24. Ashley R e Cashman A (2007). "Capítulo 5: Os impactos da mudança na procura futura a longo prazo por infraestruturas do setor de água. Em *infraestrutura para 2030: Telecomunicações, Transporte Terrestre, Água e Eletricidade*. OCDE. Disponível em: [www.oecd.org/futures/infrastructureto2030/37182873.pdf](http://www.oecd.org/futures/infrastructureto2030/37182873.pdf)
25. UN-Water (2012). *Água e uma economia verde na América Latina e no Caribe (ALC)*. Disponível em: [www.un.org/waterforlifedecade/](http://www.un.org/waterforlifedecade/)

- [pdf/water\\_and\\_a\\_green\\_economy\\_in\\_lac\\_june\\_2012.pdf](#)
26. ESCAP (2018). *Políticas facilitadoras para o financiamento de objetivos de desenvolvimento sustentável relacionados com a água. (Documento de discussão regional)*. Disponível em: [www.unescap.org/sites/default/files/Financing%20Water%20SDGs-9\\_11\\_18.pdf](http://www.unescap.org/sites/default/files/Financing%20Water%20SDGs-9_11_18.pdf)
  27. Northover H, Ryu S e Brewer T (2015). *Alcançar a cobertura total de saneamento e higiene numa geração - lições do Leste Asiático*. WaterAid. Disponível em: [washmatters.wateraid.org/sites/g/files/jkxooof256/files/Achieving\\_total\\_sanitation\\_and\\_hygiene\\_coverage\\_within\\_a\\_generation\\_lessons\\_from\\_East\\_Asia\\_0.pdf](http://washmatters.wateraid.org/sites/g/files/jkxooof256/files/Achieving_total_sanitation_and_hygiene_coverage_within_a_generation_lessons_from_East_Asia_0.pdf)
  28. OECD (2018). *Financiamento da Água: Investir no crescimento sustentável*. (Perspetivas políticas, Documento de política ambiental da OCDE nº 11). Disponível em: [www.oecd.org/water/Policy-Paper-Financing-Water-Investing-in-Sustainable-Growth.pdf](http://www.oecd.org/water/Policy-Paper-Financing-Water-Investing-in-Sustainable-Growth.pdf)
  29. OCDE (2009). *Gerir a Água para Todos: Uma perspetiva da OCDE sobre preços e financiamento*. Publicação da OCDE. Disponível em: [www.oecd.org/env/resources/managingwaterforallanoecdperspectiveonpricingandfinancing.htm](http://www.oecd.org/env/resources/managingwaterforallanoecdperspectiveonpricingandfinancing.htm)
  30. Goksu A et al. (2017). *Facilitar a transição para o financiamento da água e saneamento sustentável através do financiamento comercial (banca)*. Grupo Banco Mundial. Disponível em: [www.oecd.org/environment/resources/Session%204%20Easing%20the%20transition%20to%20commercial%20finance%20for%20WSS.pdf](http://www.oecd.org/environment/resources/Session%204%20Easing%20the%20transition%20to%20commercial%20finance%20for%20WSS.pdf)
  31. Winpenny J et al. (2016). *Fluxos de ajuda ao setor da água: Visão geral e recomendações*. Grupo Banco Mundial. Disponível em: [openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/25528/W16009.pdf?sequence=1](http://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/25528/W16009.pdf?sequence=1)
  32. OCDE (2004). *Planeamento Financeiro Estratégico para o Abastecimento de Água e Saneamento: Um relatório da equipa de trabalho da OCDE sobre financiamento sustentável para garantir o acesso comportável ao abastecimento de água e saneamento*. Disponível em: [www.oecd.org/env/resources/43949580.pdf](http://www.oecd.org/env/resources/43949580.pdf)
  33. Alaerts G (2019). «Financiamento da água, água para financiamento: Uma revisão global de políticas e práticas.» *Sustainability*, 11: 3, 821. Disponível em: [www.mdpi.com/2071-1050/11/3/821](http://www.mdpi.com/2071-1050/11/3/821)
  34. UNICEF (2018). *Espaço Fiscal para Crianças e Capital Humano na África Oriental e Austral: Opções e pontos de entrada estratégicos para solucionar as lacunas de investimento em 16 países*. UNICEF. Disponível em: [www.unicef.org/esa/reports/fiscal-space-children-and-human-capital-eastern-and-southern-africa](http://www.unicef.org/esa/reports/fiscal-space-children-and-human-capital-eastern-and-southern-africa)
  35. Goksu A et al. (2017). *Facilitar a transição para o financiamento da água e saneamento sustentável através do financiamento comercial (banca)*. Grupo Banco Mundial. Disponível em: [www.oecd.org/environment/resources/Session%204%20Easing%20the%20transition%20to%20commercial%20finance%20for%20WSS.pdf](http://www.oecd.org/environment/resources/Session%204%20Easing%20the%20transition%20to%20commercial%20finance%20for%20WSS.pdf)
  36. Diagrama do Banco Mundial, adaptado pelos autores.
  37. Bisaga I e Norman G (2015). *Água e Saneamento Universal: Como conseguiram os países ricos? (Resumo Financeiro 2, Finanças Públicas para WASH)*. WSUP. Disponível em: [www.publicfinanceforwash.org/sites/default/files/uploads/Finance\\_Brief\\_2\\_-\\_Universal\\_water\\_and\\_sanitation.pdf](http://www.publicfinanceforwash.org/sites/default/files/uploads/Finance_Brief_2_-_Universal_water_and_sanitation.pdf)
  38. Acioly A, van der Kerk A e Fonseca C (2016). *O Banco Holandês de Água: Um modelo útil para os países em desenvolvimento? (Resumo Financeiro 11, Finanças Públicas para WASH)*. WSUP. Disponível em: [www.publicfinanceforwash.org/sites/default/files/uploads/Finance%20Brief\\_11%20-%20Dutch%20Water%20Bank%20-%20a%20useful%20model%20for%20developing%20countries.pdf](http://www.publicfinanceforwash.org/sites/default/files/uploads/Finance%20Brief_11%20-%20Dutch%20Water%20Bank%20-%20a%20useful%20model%20for%20developing%20countries.pdf)
  39. Banerjee S et al. (2010). *Recuperação de custos, património e eficiência nas tarifas de água: Evidências de concessionárias africanas. (Documento de trabalho sobre pesquisa de políticas)*. Grupo Banco Mundial. Disponível em: [documents.worldbank.org/curated/en/476671468210593814/pdf/WPS5384.pdf](http://documents.worldbank.org/curated/en/476671468210593814/pdf/WPS5384.pdf)
  40. Willets J et al. (2017). *Água e Saneamento Hibah: Revisão Independente*. Departamento Australiano de Relações Exteriores e Comércio (DFAT). Disponível em: [www.dfat.gov.au/sites/default/files/indonesia-water-sanitation-hibah-independent-review.pdf](http://www.dfat.gov.au/sites/default/files/indonesia-water-sanitation-hibah-independent-review.pdf)
  41. Kementerian Pekerjaan Umum dan Perumahan Rakyat, Diretora Jenderal Cipta Karya, «Program Hibah Air Minum dan Sanitasi», disponível em: <http://ciptakarya.pu.go.id/prohamsan/>. Acedido no dia 8 de março de 2020.
  42. Nauges, C e Whittington D (2017). «Avaliação do desempenho de projetos alternativos de tarifas municipais de água: Quantificando as trocas entre património, eficiência económica e recuperação de custos». In *World Development*, 91, 125-143. Disponível em: [dx.doi.org/10.1016/j.worlddev.2016.10.014](https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2016.10.014)
  43. Andres A et al. (2019). *Fazendo mais com menos: Subsídios mais inteligentes para abastecimento de água e saneamento*. Banco Mundial. Disponível em: [openknowledge.worldbank.org/handle/10986/32277](http://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/32277)
  44. Aqua Publica Europea (2017). *Acessibilidade da água: Pontos de vista e abordagens dos operadores públicos sobre o combate à pobreza na água*. Disponível em: [www.aquapublica.eu/sites/default/files/document/file/ape\\_water\\_affordability\\_final\\_0.pdf](http://www.aquapublica.eu/sites/default/files/document/file/ape_water_affordability_final_0.pdf)
  45. Mbalo D e Rossmann R (2019). *Casas de banho com desconto! Partilhar a experiência da GIZ com subsídios para casas de banho domésticas*. GIZ. Disponível em: [www.susana.org/\\_resources/documents/default/3-3748-7-1581496562.pdf](http://www.susana.org/_resources/documents/default/3-3748-7-1581496562.pdf)
  46. Klawitter S (2019) baseado em Serra P (2000). *Subsídios aos serviços públicos chilenos*. Grupo Banco Mundial.
  47. Kingdom B et al. (2018). *Melhor uso do capital para fornecer serviços sustentáveis de abastecimento de água e saneamento: Exemplos práticos e próximas etapas sugeridas*. Grupo Banco Mundial. Disponível em: [openknowledge.worldbank.org/handle/10986/30870](http://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/30870)
  48. Governo do Camboja, «Orçamento Resumido» (em Khmer). Disponível em: [www.mef.gov.kh/budget-in-brief.html](http://www.mef.gov.kh/budget-in-brief.html)
  49. Governo do Camboja, «APD: Relatórios por setor». Disponível em: [odacambodia.com/ngo/report/listing\\_by\\_sector.asp#none](http://odacambodia.com/ngo/report/listing_by_sector.asp#none)
  50. Governo do Camboja (2011). *Estratégia Nacional de Abastecimento de Água, Saneamento e Higiene Rural 2011-2025*. Disponível em: [www.cdc-crdb.gov.kh/cdc/documents/Sector\\_Strategy/19\\_Rural\\_Water\\_Supply\\_Sanitation\\_Hygiene/mrd\\_b\\_rssw\\_straigy\\_Eng.pdf](http://www.cdc-crdb.gov.kh/cdc/documents/Sector_Strategy/19_Rural_Water_Supply_Sanitation_Hygiene/mrd_b_rssw_straigy_Eng.pdf)
  51. Parceria Internacional do Orçamento, «Papel da Colaboração da Sociedade Civil para o Orçamento». Disponível em: [www.internationalbudget.org/role-of-civil-society-budget-work/](http://www.internationalbudget.org/role-of-civil-society-budget-work/). Acedido no dia 8 de março de 2020.
  52. Comissão Europeia (2014). *Promoção da participação da sociedade civil nos processos de política e orçamento*. Direção Geral de Cooperação e Desenvolvimento Internacional. Disponível em: [europa.eu/capacity4dev/public-governance-civilsociety/documents/promoting-civil-society-participation-policy-and-budget-processes-0](http://europa.eu/capacity4dev/public-governance-civilsociety/documents/promoting-civil-society-participation-policy-and-budget-processes-0)
  53. Shugart C e Alexander I (2009). *Diretrizes para definição de tarifas: Uma abordagem de critérios reduzidos para reguladores de serviços de água e saneamento*. Grupo Banco Mundial. Disponível em: [documents.worldbank.org/curated/en/980271468158065509/Tariff-setting-guidelines-a-reduced-discretion-approach-for-regulators-of-water-and-sanitation-servification-services-sechnics-guide.com](http://documents.worldbank.org/curated/en/980271468158065509/Tariff-setting-guidelines-a-reduced-discretion-approach-for-regulators-of-water-and-sanitation-servification-services-sechnics-guide.com)
  54. OCDE (2018). *As dimensões sociais das tarifas de serviços de abastecimento de água e saneamento*. Publicação da OCDE, Paris.
  55. Klawitter S (2019). *Alcançar a acessibilidade do serviço WASH: Prática global e opções de resposta. (Artigo técnico sobre WASH)*. UNICEF, Nova Iorque.
  56. «Abastecimento de água potável (DWS) entre 1945 e 1990». ONEA, 26 de julho de 2016. Disponível em: [oneabf.com/bref-historique/](http://oneabf.com/bref-historique/). Acedido no dia 8 de março de 2020.
  57. Banco Mundial, adaptado para este artigo.
  58. Cummings C, Langdown I e Hart T (2016). *O que impulsiona a reforma? Tornar o saneamento uma prioridade política em cidades secundárias*. Instituto de Desenvolvimento Ultramarino. Disponível em: [www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/resource-documents/11262.pdf](http://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/resource-documents/11262.pdf)
  59. Mehta M (2018). «Finanças públicas em escala para o saneamento rural: O caso da Missão Swachh Bharat, Índia». In *Journal of Water, Sanitation and Hygiene for Development*, 8: 3, 359-373. Disponível em: <https://waponline.com/washdev/article/8/3/359/39015/Public-finance-at-scale-for-rural-sanitation-a>
  60. «Governo cobra mais de 20.000 milhões de rupias em Swachh Bharat Cess, mesmo após a abolição», *The Wire*, 14 de janeiro de 2019 disponível em: [thewire.in/government/modi-government-swachh-bharat-cess](http://thewire.in/government/modi-government-swachh-bharat-cess). Acedido no dia 8 de março de 2020.
  61. Governo da Índia (sem data). *Fragilidade financeira no setor NBFC*. Disponível em: [www.indiabudget.gov.in/economicsurvey/doc/vol1chapter/echap08\\_vol1.pdf](http://www.indiabudget.gov.in/economicsurvey/doc/vol1chapter/echap08_vol1.pdf)
  62. Swachh Bharat Mission - Grameen. Disponível em <https://swachhbharatmission.gov.in/sbmcms/index.htm>. E Swachh Bharat Mission - Urban. Disponível em <http://swachhbharaturban.gov.in/>
  63. Bill and Melinda Gates Foundation (2019). *An assessment of the reach and value of IEC activities under Swachh Bharat Mission (Grameen)*. Disponível em [https://jalshakti-ddws.gov.in/sites/default/files/201906\\_SBM\\_IEC\\_Whitepaper.pdf](https://jalshakti-ddws.gov.in/sites/default/files/201906_SBM_IEC_Whitepaper.pdf). Acedido em 26 outubro 2020.
  64. Caso submetido à Secretaria do Saneamento e Água para Todos
  65. Alcazar L et al. (2000). *Concessão de Água de Buenos Aires. (Documento de trabalho sobre pesquisa de políticas)*. Grupo Banco Mundial. Disponível em: [documents.worldbank.org/curated/en/718361468769245711/The-Buenos-Aires-water-concession](http://documents.worldbank.org/curated/en/718361468769245711/The-Buenos-Aires-water-concession)
  66. RebelGroup International (2019). *Entender os verdadeiros custos do financiamento do desenvolvimento de infraestruturas de água: Um relatório sobre o esboço da metodologia para o GIZ*.
  67. RebelGroup International. (2019). «Custos reais do financiamento do desenvolvimento». (Apresentação em PowerPoint para 2019 Stockholm Water Week, 25-30 agosto 2019).
  68. OCDE (2015). *Instrumentos de financiamento de infraestruturas e incentivos*. Disponível em: [www.oecd.org/finance/private-pensions/Infrastructure-Financing-Instruments-and-Incentives.pdf](http://www.oecd.org/finance/private-pensions/Infrastructure-Financing-Instruments-and-Incentives.pdf)
  69. Bender K (2015). *Os governos não devem agir sozinhos: Alavancar fundos públicos para atrair financiamento comercial para melhores serviços de água. (Resumo da pesquisa sobre o programa de água e saneamento)*. Banco Mundial. [www.wsp.org/sites/wsp/files/publications/WSP-Research-Brief-Leveraging-Public-Funds-to-Attract-Commercial-Finance-Improved-Water-Services.pdf](http://www.wsp.org/sites/wsp/files/publications/WSP-Research-Brief-Leveraging-Public-Funds-to-Attract-Commercial-Finance-Improved-Water-Services.pdf)
  70. Investopedia, «O que é uma Garantia Financeira?». Disponível em: [www.investopedia.com/terms/f/financial-guarantee.asp](http://www.investopedia.com/terms/f/financial-guarantee.asp). Acedido no dia 8 de março de 2020.
  71. OCDE (2010). *Mecanismos Inovadores de Financiamento para o Setor da Água (Estudos da OCDE sobre a Água)*. Publicação da OCDE. Disponível em: [www.oecd-ilibrary.org/environment/innovative-financing-mechanisms-for-the-water-sector\\_9789264083660-en](http://www.oecd-ilibrary.org/environment/innovative-financing-mechanisms-for-the-water-sector_9789264083660-en)
  72. Banco Mundial (2016). *Fundo Renovável para a Água nas Filipinas: Estudos de caso em finanças combinadas para água e saneamento*. Grupo Banco Mundial. Disponível em: [documents.worldbank.org/curated/en/651521472032148001/Water-revolving-fund-in-the-Philippines](http://documents.worldbank.org/curated/en/651521472032148001/Water-revolving-fund-in-the-Philippines)
  73. USAID (2013). *Fundo Renovável para as Filipinas: Relatório final*. USAID. Disponível em: <https://www.globalwaters.org/resources/assets/pwrf-follow-program-final-report>
  74. Advani R (2016). *Ampliação do financiamento misto de investimentos em água e saneamento no Quênia. (Nota de conhecimento do Banco Mundial)*. Grupo Banco Mundial. Disponível em: [www.openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/23996/K8812](http://www.openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/23996/K8812)

- [pdf?sequence=2&isAllowed=y](#)
75. Mandri-Perrott C e Stiggers D (2013). *Parcerias público-privadas no setor da água: Inovação e Sustentabilidade Financeira*. IWA. Disponível em: [documents.worldbank.org/curated/en/651521472032148001/Water-revolving-fund-in-the-Philippines](https://documents.worldbank.org/curated/en/651521472032148001/Water-revolving-fund-in-the-Philippines)
  76. The Independent. «Orçamento 2018: Philip Hammond promete não assinar nenhum novo contrato PFI.» Disponível em: [www.independent.co.uk/news/business/news/budget-2018-pfi-contracts-abolish-hospital-public-services-carillion-philip-hammond-statement-a8607296.html](http://www.independent.co.uk/news/business/news/budget-2018-pfi-contracts-abolish-hospital-public-services-carillion-philip-hammond-statement-a8607296.html). Acedido no dia 8 de março de 2020.
  77. «Tribunal de contas abre nova auditoria para contratos de PPP depois de suspender a fiscalização anterior», *Observador*, 5 de dezembro de 2018. Disponível em: [observador.pt/especiais/tribunal-de-contas-abre-nova-auditoria-aos-contratos-das-ppp-depois-de-suspender-fiscalizacao-anterior/](https://observador.pt/especiais/tribunal-de-contas-abre-nova-auditoria-aos-contratos-das-ppp-depois-de-suspender-fiscalizacao-anterior/). Acedido no dia 8 de março de 2020.
  78. A Fundação Política Verde, «History RePPPeating». Disponível em: [www.boell.de/en/2018/12/11/history-repppeating-how-public-private-partnerships-are-failing](http://www.boell.de/en/2018/12/11/history-repppeating-how-public-private-partnerships-are-failing). Acedido no dia 8 de março de 2020.
  79. Banco Mundial, «PPPs da Água e Saneamento». Disponível em: [ppp.worldbank.org/public-private-partnership/sector/water-sanitation](http://ppp.worldbank.org/public-private-partnership/sector/water-sanitation). Acedido no dia 8 de março de 2020.
  80. Marin, Philippe. (sem data). «Parcerias público-privadas para concessionárias de água urbana: Uma análise das experiências em países em desenvolvimento». Apresentação em PowerPoint. Disponível em: [www.oecd.org/env/outreach/44576275.pdf](http://www.oecd.org/env/outreach/44576275.pdf)
  81. Smart Water, «Projeto de aqueduto El Realito (México), parceria público-privada exemplar», disponível em: [smartwatermagazine.com/news/aqualia/realito-aqueduct-project-mexico-exemplary-public-private-partnership](http://smartwatermagazine.com/news/aqualia/realito-aqueduct-project-mexico-exemplary-public-private-partnership). Acedido no dia 8 de março de 2020.
  82. IFC (2018). *Histórias de parcerias público-privadas: Ganges limpo*. Disponível em: [www.ifc.org/wps/wcm/connect/ed4d5a55-c5a3-4acd-b6f1-f26ae80429a3/PPPStories-India-Clean-Ganga.pdf?MOD=AJPERES&CVID=mzDvD.g](http://www.ifc.org/wps/wcm/connect/ed4d5a55-c5a3-4acd-b6f1-f26ae80429a3/PPPStories-India-Clean-Ganga.pdf?MOD=AJPERES&CVID=mzDvD.g)
  83. Banco Mundial, «Estação de Abastecimento de Água de Kigali Bulk», disponível em: [ppi.worldbank.org/en/snapshots/project/Kigali-Bulk-Water-Supply-Plant-9217](http://ppi.worldbank.org/en/snapshots/project/Kigali-Bulk-Water-Supply-Plant-9217). Acedido no dia 8 de março de 2020.
  84. Farvacque-Vitkovic C e Kopanyi M [eds] (2014). *Finanças Municipais: Um manual para governos locais*. Grupo Banco Mundial. Disponível em: [documents.worldbank.org/curated/en/403951468180872451/Municipal-finances-a-handbook-for-local-governments](https://documents.worldbank.org/curated/en/403951468180872451/Municipal-finances-a-handbook-for-local-governments)
  85. Kalcheva D (2013). «Opções de estrutura organizacional para os fundos de desenvolvimento municipal, a sua implementação e gestão na Bulgária». (Trabalho apresentado na Quinta Conferência Nacional de Estudantes de Doutoramento, Sofia, Bulgária, 5 de dezembro de 2013). Sofia: Universidade de Economia Nacional e Mundial. Disponível em: [www.oecd.org/env/outreach/44576275.pdf](http://www.oecd.org/env/outreach/44576275.pdf)
  86. FLAG (2016). *Relatório anual consolidado da administração e demonstrações financeiras consolidadas*. FLAG JSC. Disponível em: [www.flag-bg.com/docs/Directors\\_report\\_2016\\_ENG\\_cons.PDF](http://www.flag-bg.com/docs/Directors_report_2016_ENG_cons.PDF)
  87. WWAP (Programa Mundial de Avaliação da Água da UNESCO) (2019). *Relatório Mundial sobre o Desenvolvimento da Água das Nações Unidas 2019: Não deixar ninguém para trás UNESCO*. Disponível em: [en.unesco.org/themes/water-security/wwap/wwdr/2019](http://en.unesco.org/themes/water-security/wwap/wwdr/2019)
  88. Convergências (2019). *Barómetro de microfinanças*, 2019. Disponível em: [www.convergences.org/wp-content/uploads/2019/09/Microfinance-Barometer-2019\\_web-1.pdf](http://www.convergences.org/wp-content/uploads/2019/09/Microfinance-Barometer-2019_web-1.pdf)
  89. Alper C et al. (2019). *Os controlos de taxa de juros funcionam? Evidências do Quênia. (Documento de trabalho do FMI)*. Disponível em: <https://www.imf.org/-/media/Files/Publications/WP/2019/WPIEA201919119.ashx>
  90. OCDE (2019). *Fazer o financiamento misto funcionar para a água e saneamento: Desbloquear o financiamento comercial para o ODS 6. (Estudos da OCDE sobre a Água)*. Publicação da OCDE. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/5efc8950-en>
  91. Site do Fundo Verde para o Clima. Disponível em: [www.greencclimate.fund/home](http://www.greencclimate.fund/home). Acedido no dia 8 de março de 2020.
  92. Fundo Verde para o Clima, 'Simiyu Climate Resilient Project'. Disponível em: [www.greencclimate.fund/projects/fp041](http://www.greencclimate.fund/projects/fp041). Acedido no dia 8 de março de 2020.
  93. Investopedia, 'Social Impact Bond (SIB)'. Disponível em: [www.investopedia.com/terms/s/social-impact-bond.asp](http://www.investopedia.com/terms/s/social-impact-bond.asp). Acedido no dia 8 de março de 2020.
  94. «Lançamento do primeiro bônus de impacto no desenvolvimento do saneamento do mundo, no valor de 10 milhões de USD», comunicado de imprensa da iDE, 18 de novembro de 2019. Disponível em: [www.ideglobal.org/press/cambodia-rural-sanitation-dib](http://www.ideglobal.org/press/cambodia-rural-sanitation-dib). Acedido no dia 8 de março de 2020.
  95. OCDE e Fórum Económico Mundial. (2015). *Blended Finance Vol.1: Um manual para o financiamento do desenvolvimento e para financiadores filantrópicos*. Disponível em: [http://www3.weforum.org/docs/WEF\\_Blended\\_Finance\\_A\\_Primer\\_Development\\_Finance\\_Philanthropic\\_Funders.pdf](http://www3.weforum.org/docs/WEF_Blended_Finance_A_Primer_Development_Finance_Philanthropic_Funders.pdf)
  96. Fundo Monetário Internacional (2003). *Estatísticas da Dívida Externa: Guia para compiladores e utilizadores (Anexo III, Glossário)*. FMI. Disponível em: [www.imf.org/external/pubs/ft/eds/Eng/Guide/file1.pdf](http://www.imf.org/external/pubs/ft/eds/Eng/Guide/file1.pdf)



Este document foi publicado em maio de 2020.  
Todas as fotos: © UNICEF

**Sanitation and Water for All (SWA)**  
633 Third Avenue, New York, NY 10017, USA  
[info@sanitationandwaterforall.org](mailto:info@sanitationandwaterforall.org)  
[www.sanitationandwaterforall.org](http://www.sanitationandwaterforall.org)  
[#SWainAction](https://twitter.com/SWainAction)